Montijo
Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO
Serviço Municipal de Proteção Civil do Montijo

Proteção Civil Preventiva no Município do Montijo

Serviço Municipal
DE PROTEÇÃO CIVIL DO MONTIJO



MCR 2030 Making Cities Resilient

Iniciativa da ONU para Cidades Resilientes

UNDRR

Sendai Stakeholder Engagement Mechanism

ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Rede de Cidades Resilientes da ANMP

a. . . . . m. . L . Área Metropolitana de Lisboa

Grupo de Trabalho de Segurança e Proteção Civil da AML

Balanço estratégico e perspetivas de consolidação da resiliência comunitária

ÍNDICE

GLOSSÁRIO 6
CONCEITOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS 7
INSTRUMENTOS E TERMOS TÉCNICOS 8
SÍNTESE EXECUTIVA 9
Planeamento e participação das freguesias 10
Informação territorial para apoiar a intervenção 10
Meteorologia e antecipação operacional 11
Drenagem e redução de condições de agravamento 11
Preparação e coordenação de eventos 11
Meios logísticos e apoio à população 12
Educação e comunicação preventiva 12
K72 SMPC Montijo e preparação familiar 13
Parcerias com funções concretas 13
Significado estratégico e continuidade do trabalho 14
Correspondência com os referenciais preventivos 14
Perspetivas de consolidação identificadas no relatório 15
1. **FINALIDADE E LEITURA ESTRATÉGICA DO BALANÇO** 16
Finalidade e âmbito 16
Base documental 16
Critérios de apreciação dos resultados 17
Métricas e interpretação da evolução 17
Organização do documento 18
2. **SENDAI E A ORIENTAÇÃO NACIONAL PARA 2030** 18
Referenciais para a atuação municipal 18
Expressão dos objetivos nacionais no Montijo 18
Do enquadramento estratégico à apreciação dos resultados 19

3. PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES 19
Desenvolvimento ao longo do período 19
Participação das freguesias 21
Organização progressiva dos recursos logísticos 21
Regularidade da informação e continuidade do trabalho 21
4. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO TERRITORIAL 22
Instrumentos de organização e planeamento 22
Participação das freguesias na prevenção 22
Articulação entre serviços e entidades 23
Resultados documentados e métricas de acompanhamento 23
5. CONHECIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DAS OCORRÊNCIAS 25
Organização da informação municipal 25
Caracterização dos registos de setembro 25
Métricas disponíveis e significado dos resultados 26
Ganho de capacidade para a prevenção 27
Aprofundamento da avaliação 27
6. METEOROLOGIA LOCAL E ANTECIPAÇÃO OPERACIONAL 28
Informação meteorológica para a preparação municipal 28
Conhecimento das diferenças territoriais 28
Monitorização e acompanhamento dos episódios 29
Ganhos de capacidade identificados 30
Métricas para acompanhar a consolidação 30
7. MITIGAÇÃO NO TERRITÓRIO E PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES 31
Intervenção sobre condições de agravamento do risco 31
Intervenções documentadas 31
Resultados e ganhos de capacidade 32
Métricas para apreciar a execução e os resultados 32
8. PREPARAÇÃO E SEGURANÇA DE EVENTOS 33
Planeamento e articulação antes dos eventos 33
Realizações documentadas 34

Ganhos de preparação e coordenação 35
Métricas para avaliar a preparação dos eventos 35
Formação e aprendizagem operacional 36
9. Logística e capacidade de apoio à população 36
Reforço dos recursos materiais 36
Organização municipal dos recursos 37
Aplicação no apoio à população 38
Da capacidade material à capacidade operacional 38
Métricas de disponibilidade e mobilização 39
Continuidade da preparação logística 39
10. Educação e preparação da comunidade 40
Educação para o risco e preparação das pessoas 40
Diversidade de públicos e contextos 40
Materiais e canais de comunicação 41
Ganhos de capacidade comunitária 42
Métricas de participação, aprendizagem e aplicação 42
Continuidade da preparação comunitária 43
11. K72 SMPC Montijo e preparação familiar de âmbito nacional 43
Uma ferramenta de apoio à preparação familiar 43
Funcionalidades e utilidade para as famílias 43
Realização e ganho de capacidade 44
Métricas de utilização e preparação 45
Continuidade e aperfeiçoamento 46
12. Parcerias e participação em redes de resiliência 46
Cooperação com funções identificadas 46
Cooperação metropolitana e entre municípios 47
Participação em redes de resiliência 47
Resultados documentados e aplicação da cooperação 48
Métricas de disponibilidade e concretização 48
Continuidade e valor para a resiliência 49

13. GANHOS ESTRATÉGICOS DO PERÍODO 50
Apreciação conjunta dos resultados 50
Capacidades acrescentadas e evidência disponível 50
O que as métricas existentes demonstram 52
Exemplos de aplicação das capacidades 52
Alcance da avaliação estratégica 53
Resultado estratégico do conjunto 53
14. CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA E COOPERAÇÃO PARA A RESILIÊNCIA 54
Relação entre os referenciais e a prática municipal 54
Valor do balanço para a cooperação institucional 54
Articulação com o percurso MCR2030 54
Práticas com potencial de partilha 55
Evidência necessária à partilha de experiências 56
Finalidade da apresentação institucional 56
15. CONTINUIDADE ESTRATÉGICA E CONCLUSÃO 57
Consolidação das capacidades desenvolvidas 57
Prioridades de continuidade 57
Acompanhamento através de métricas 58
Situação de partida e apreciação da evolução 59
Utilidade para a decisão e para a cooperação 60
Conclusão 60
ANEXOS 62
ANEXO A – INDICADORES E CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO 63
Finalidade e âmbito 63
Indicadores consolidados de atividade e produção 63
ANEXO B – CORRESPONDÊNCIA TEMÁTICA COM OS REFERENCIAIS 64
Finalidade e critérios de leitura 64
Objetivos da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 64
Prioridades do Quadro de Sendai 64
Relação entre alinhamento estratégico e resultados 66

Articulação com o MCR2030 67
Referenciais utilizados 67
ANEXO C – EVIDÊNCIAS DE EXECUÇÃO 68
Informação e Sensibilização Publica 68
Relatórios Técnicos 68
Manuais SMPC Montijo 68
Riscos Municipais – Flyer 69
Montijo Resiliente 69
Protocolo e Parcerias 70
Vídeos Educativos 70
Redes Sociais 70
APP K72 SMPC Montijo 71
Registo Fotográfico SMPC Montijo 71
CONCEITOS UTILIZADOS NO BALANÇO 92

GLOSSÁRIO

Sigla ou designação	Significado
AML	Área Metropolitana de Lisboa.
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses.
APAU	Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve.
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil.
DOSUAQV	Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Ambiente e Qualidade de Vida
ENPCP 2030	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030. Referencial nacional que orienta a governança, o conhecimento, a redução dos riscos, a preparação e o envolvimento dos cidadãos.
ESRI	Empresa especializada em sistemas de informação geográfica, referida no relatório no contexto da formação e das ferramentas digitais.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera.
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social.
K72 SMPC Montijo	Aplicação de preparação familiar, desenvolvida em parceria com a Proteção Civil Municipal do Montijo, dirigida a utilizadores de âmbito nacional.
MCR2030	*Making Cities Resilient 2030*. Iniciativa internacional de apoio à construção de resiliência local, através de conhecimento, planeamento, implementação e cooperação entre cidades.
OE	Objetivo estratégico. No relatório, OE1 a OE5 identificam os cinco objetivos da ENPCP 2030.
P1 a P4	Identificação das quatro prioridades de ação do Quadro de Sendai.
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.
SEM	*Sendai Stakeholder Engagement Mechanism*. Mecanismo de participação de partes interessadas na implementação do Quadro de Sendai, associado à UNDRR.
SMAS	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil.
ULPC	Unidade Local de Proteção Civil.
UNDRR	*United Nations Office for Disaster Risk Reduction* — Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes.
VOST	*Virtual Operations Support Team*. Equipa de apoio operacional virtual. No relatório, refere-se à VOST Portugal e ao apoio digital voluntário.
kVA	Quilovoltampere. Unidade de potência aparente utilizada na caracterização dos geradores.
LED	*Light Emitting Diode* — díodo emissor de luz. Tecnologia utilizada na torre de iluminação referida no relatório.

CONCEITOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

Conceito	Definição no contexto do relatório
Autoproteção	Medidas e comportamentos adotados pelas pessoas para protegerem a sua segurança e a do agregado familiar antes, durante e após uma situação adversa.
Capacitação	Desenvolvimento de conhecimentos, competências e condições práticas que permitem a pessoas e organizações desempenhar melhor as suas funções na gestão do risco.
Capacidade municipal	Conjunto de recursos humanos, técnicos, materiais, organizacionais e de cooperação disponíveis para prevenir, preparar e apoiar a atuação municipal.
Convergência estratégica	Coerência entre as prioridades internacionais, os objetivos nacionais e as ações municipais, respeitando a escala e as responsabilidades de cada interveniente.
Ganho de capacidade	Reforço concreto das condições para atuar, como a disponibilização de meios, a criação de procedimentos, a formação ou a organização de informação.
Governança do risco	Organização das responsabilidades, decisões e relações de cooperação através das quais instituições e comunidade participam na gestão do risco.
Mitigação	Medidas destinadas a diminuir os efeitos adversos de fenómenos perigosos. No relatório, inclui a intervenção sobre obstruções e condições que podem agravar inundações.
Preparação	Desenvolvimento antecipado de conhecimentos, procedimentos e capacidades para responder e recuperar perante situações adversas. Inclui planeamento, formação, exercícios e organização de meios.
Prevenção	Atuação destinada a evitar riscos e consequências adversas. No contexto da proteção civil preventiva, integra uma orientação continuada de antecipação e intervenção sobre condições de risco.
Prontidão municipal	Condição de preparação dos serviços e meios municipais para atuar de forma atempada, segundo os procedimentos e responsabilidades definidos nos instrumentos aplicáveis.
Quadro de Sendai 2015–2030	Referencial internacional para prevenir novos riscos, reduzir os existentes e reforçar a preparação e a resiliência perante catástrofes.
Recuperação	Processo de restabelecimento e melhoria das condições de vida, serviços e funções afetadas por uma situação adversa, incorporando oportunidades de redução do risco.
Resilência comunitária	Capacidade coletiva de resistir, adaptar-se e recuperar de situações adversas, preservando ou restabelecendo funções essenciais e aprendendo com a experiência.
Risco de catástrofe	Possibilidade de perdas e danos resultantes da interação entre fenómenos perigosos, pessoas e bens expostos, vulnerabilidades e capacidades existentes.
Vulnerabilidade	Condições físicas, sociais, económicas ou ambientais que aumentam a suscetibilidade de pessoas, bens ou sistemas aos efeitos de um fenómeno perigoso.

INSTRUMENTOS E TERMOS TÉCNICOS

Termo	Significado
Dashboard	Painel digital que reúne e apresenta informação relevante para acompanhamento e apoio à decisão.
Desassoreamento	Remoção de sedimentos acumulados num leito ou estrutura hidráulica, destinada a recuperar condições de escoamento.
Georreferenciação	Associação de uma ocorrência, elemento ou intervenção a uma localização geográfica definida por coordenadas.
Info Report	Designação utilizada pelo SMPC para um documento técnico de acompanhamento de um episódio, com informação destinada à articulação e ao apoio à decisão.
Mapeamento logístico	Identificação e localização dos recursos das entidades, incluindo características, disponibilidade e condições de mobilização.
Marégrafo	Equipamento que mede e regista a variação do nível da água, permitindo acompanhar as marés e outras oscilações.
Mediana do tempo de resolução	Valor central dos tempos registados, depois de ordenados. Metade dos registos apresenta duração igual ou inferior a esse valor e metade igual ou superior.
Monitorização	Observação e registo sistemáticos de variáveis ou situações, para acompanhar a sua evolução e apoiar decisões.
Nowcasting	Análise e previsão meteorológica de muito curto prazo, apoiada em observações atualizadas, para acompanhar a evolução imediata dos fenómenos.
Ocorrência registada	Situação ou atividade introduzida no sistema municipal. No universo deste relatório, inclui intervenções, prevenção, assistência, formação e articulação institucional.
Plano de Emergência Familiar	Organização prévia dos procedimentos, contactos, pontos de encontro, percursos e recursos que orientam a atuação de uma família numa emergência.
Rastreabilidade	Possibilidade de identificar a origem da informação e acompanhar o percurso de uma situação, decisão ou intervenção.
Sensor hidrométrico	Dispositivo utilizado para medir uma variável relacionada com a água, designadamente o seu nível, conforme o equipamento instalado.
Sustentação logística	Organização e disponibilização dos recursos necessários à continuidade das operações e ao apoio à população.
Tempo de resolução	Intervalo contabilizado entre os momentos de início e conclusão definidos no sistema de registo. Distingue-se do tempo de chegada dos meios ao local.

SÍNTESE EXECUTIVA

Entre março e outubro de 2026, o Município do Montijo desenvolveu um conjunto articulado de iniciativas de proteção civil preventiva, combinando organização do planeamento, conhecimento territorial, intervenção sobre condições de risco, reforço logístico e preparação da comunidade. O balanço identifica as realizações do período e os ganhos de capacidade que acrescentaram à atuação municipal. O principal resultado estratégico é a consolidação de uma atuação preventiva com várias componentes articuladas, a informação permite reconhecer situações e orientar intervenções, a cooperação aproxima serviços, freguesias e parceiros, os meios e a capacitação reforçam as condições para apoiar a população. Este percurso concretiza, à escala local, orientações do Quadro de Sendai e da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030.

ATIVIDADE CONSOLIDADA

MARÇO A SETEMBRO DE 2026

451
registos de ocorrências e atividade

200
publicações de informação e sensibilização

17
vistorias a recintos festivos
maio a setembro

CAPACIDADES REFORÇADAS NO PERÍODO

- **Organização**
  Regulamento e PMEPC elaborados
- **Conhecimento**
  Relatórios de ocorrências e meteorologia
- **Preparação operacional**
  Sensores, planos de eventos e formação
- **Capacitação comunitária**
  Educação, guias, canais digitais e K72
- **Participação territorial**
  Plataforma, manual e capacitação das freguesias
- **Mitigação**
  Intervenções na drenagem e nas linhas de água
- **Apoio à população**
  Reforço dos meios logísticos
- **Cooperação**
  Protocolos e participação em redes de resiliência

7 relatórios mensais de atividade

Os registos incluem prevenção e operações.
As publicações não representam pessoas alcançadas.

14 + 14
produtos meteorológicos e de ocorrências
duas versões mensais de cada domínio

Planeamento e participação das freguesias

A elaboração do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil e do novo Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de terceira geração constitui uma realização central do período. O trabalho teve início em março e foi acompanhado por apresentação e discussão institucional. O registo de junho assinala a apreciação e aprovação do PMEPC em reunião extraordinária da Comissão Municipal de Proteção Civil. Segundo o estado descrito no relatório, o plano encontra-se na ANEPC e aguarda a tramitação necessária à entrada em vigor.

A elaboração técnica interna destes instrumentos mobilizou conhecimento do território e da organização municipal. O regulamento inclui um mecanismo de prontidão municipal destinado a organizar a preparação antecipada. O ganho produzido reside na estruturação de referências e procedimentos para a atuação, distinguindo a elaboração técnica da entrada em vigor dos instrumentos. A participação das freguesias foi apoiada pela plataforma de registo municipal, pelo dashboard e pelo Manual de Apoio às Freguesias. A apresentação pública de junho foi acompanhada da entrega do manual e de coletes identificativos aos presidentes de junta. Em julho realizaram-se quatro ações de capacitação sobre a plataforma, seguindo-se capacitação dirigida à ULPC Montijo e Afonsoeiro em setembro e outubro. Este conjunto criou um canal organizado para comunicar, verificar e encaminhar situações do território ao SMPC.

Informação territorial para apoiar a intervenção

Os 451 registos de março a setembro abrangem intervenções, prevenção, assistência, operações e articulação institucional. A sua utilidade resulta da organização da informação por localização, tipologia, entidades envolvidas e estado de tratamento. Os relatórios permitem recuperar situações, reconhecer concentrações de intervenções e apoiar prioridades de manutenção, planeamento e sensibilização. Setembro exemplifica esta capacidade, os 72 registos encontram-se classificados como concluídos e 27 envolveram mais de uma entidade. O relatório detalhado inclui mapas, distribuição por tipologia e tempos de resolução, cuja mediana é de 92 minutos. Este valor caracteriza o conjunto heterogéneo registado e distingue-se do tempo de chegada dos meios ao local.

Meteorologia e antecipação operacional

A produção regular de relatórios meteorológicos acrescenta conhecimento sobre as condições locais. O exemplar de setembro utiliza as estações de Pegões e Barreiro/Lavradio, do IPMA, e do Montijo, da AML. A análise permite reconhecer diferenças entre o interior, a área urbana e a envolvente estuarina, apoiando a preparação sazonal e a comunicação preventiva. A instalação de sensores hidrométricos e marégrafos reforça a observação dos níveis de água. Nos dias 3 e 4 de outubro, o registo descreve dois operacionais no terreno e dois técnicos em acompanhamento por nowcasting, com produção regular de informação. São também identificados dois Info Reports dirigidos às freguesias e à CMPC. O episódio mostra a aplicação conjunta de observação, presença territorial e circulação de informação, apoiada pela parceria meteorológica com André do Tempo.

Drenagem e redução de condições de agravamento

A limpeza e desobstrução de sarjetas, sumidouros e linhas de água constitui uma componente material da prevenção. Em setembro foram registadas 12 ações na zona ribeirinha e urbana, em articulação com a DOSUAQV e os SMAS. O registo provisório de outubro acrescenta nove ações de drenagem e quatro de limpeza e desassoreamento de linhas de água em zona urbana. Estas intervenções atuam sobre obstruções e condições locais que podem dificultar o escoamento e agravar os efeitos da precipitação. A articulação entre identificação das situações, execução pelos serviços competentes e acompanhamento territorial associa o conhecimento do risco à intervenção preventiva. O trabalho abrange ainda situações ambientais, árvores e elementos em perigo, infraestruturas, circulação e articulação sobre limpeza de terrenos.

Preparação e coordenação de eventos

A segurança de eventos foi acompanhada através de reuniões com organizadores, elaboração de planos, vistorias e presença preventiva. Nas Festas de São Pedro, o percurso incluiu reuniões preparatórias desde março, conclusão do Plano de Coordenação de Evento em maio, reunião final em junho e um dispositivo municipal de coordenação durante sete dias. O registo de junho indica 70 horas e sete elementos. Em julho foram identificados quatro planos de segurança, relativos às Festas das Craveiras, Festas de São Jorge, Feira Medieval e Festas Populares do Afonsoeiro. Agosto acrescenta o plano das Festas em Honra de Nossa Senhora da Oliveira, em Canha. Entre maio e setembro

realizaram-se 17 vistorias a recintos festivos, com mais uma referida provisoriamente em outubro. O ganho consiste na preparação de responsabilidades e recursos e na consolidação de práticas de coordenação entre organizadores, agentes e serviços.

A formação acompanhou este trabalho, incluindo sustentação logística promovida pela ANEPC, formação certificada em proteção civil, ferramentas ESRI e formação AML sobre cheias e inundações. Acrescem participação e observação em exercícios e a elaboração do plano de formação interna para o quarto trimestre, com duas ações registadas em outubro.

Meios logísticos e apoio à população

Componente	Reforço identificado no relatório
Acolhimento e apoio básico	100 camas articuláveis, 100 kits de conforto e 100 kits de higiene para adulto e bebé. O serviço refere ainda abrigo para 25 pessoas e recursos de alimentação.
Abastecimento	Sete depósitos de 1 000 litros: cinco destinados a água e dois a combustível.
Energia e mobilização	Uma torre LED; aquisição de dois geradores de 40 kVA com atrelado, registada em outubro; três reboques referidos pelo serviço.

O diagnóstico e mapeamento logístico, iniciado em maio, envolve agentes de proteção civil, IPSS e juntas, procurando tornar os recursos identificáveis e mobilizáveis. O reforço material amplia as condições de assistência. Em agosto, a disponibilização de água durante uma interrupção de abastecimento demonstra uma aplicação concreta do apoio à população. O mesmo mês regista a elaboração de protocolo com o Fórum Montijo para apoio logístico e cooperação técnica.

Educação e comunicação preventiva

O programa pedagógico comunicado pelo SMPC reúne cerca de 50 ações e mais de 1 500 participantes diretos, abrangendo do primeiro ciclo ao ensino secundário. Os temas incluem riscos do quotidiano, sismos, mochila de sobrevivência e plano familiar. Os registos mostram também trabalho com a academia sénior de Pegões, freguesias e IPSS, incluindo dez ações sobre onda de calor em julho. A preparação do ano letivo foi acompanhada por reuniões com estabelecimentos e agrupamentos. Em setembro, o SMPC apresentou contributos para a Carta Educativa Municipal, outubro identifica

trabalho sobre um clube de proteção civil em Pegões e palestras em escolas. Esta articulação aproxima a prevenção dos espaços de aprendizagem e de diferentes públicos do concelho.

O manual da mochila de emergência, publicado em maio, e o Guia Informativo de Riscos Municipal, de julho, acrescentaram conteúdos de consulta às ações presenciais. Facebook e Instagram, criados em abril, o canal WhatsApp, de julho, e o Spotify, de agosto, ampliaram os meios de comunicação. O serviço refere informação diária no WhatsApp e rubricas quinzenais de cerca de 30 minutos no Spotify. As 200 publicações de março a setembro traduzem continuidade da produção de informação e sensibilização.

K72 SMPC Montijo e preparação familiar

A K72 SMPC Montijo constitui uma realização de inovação na preparação familiar, cujo desenvolvimento é documentado em agosto, setembro e outubro. O relatório refere a sua disponibilização gratuita e a orientação para famílias portuguesas, com possibilidade de utilização para além do concelho, através de uma ferramenta desenvolvida em parceria com a Proteção Civil Municipal do Montijo. A aplicação reúne o Plano de Emergência Familiar, pontos de encontro, rotas de fuga, comunicações e preparação de recursos para diferentes situações. Inclui orientação para a mochila de sobrevivência, materiais para veículos e recursos de confinamento, bem como medidas de autoproteção, acompanhamento de validades, impressão do plano e consulta de avisos meteorológicos por distrito. O ganho reside em tornar a informação utilizável na organização do agregado familiar e em prolongar o contacto iniciado nas ações de sensibilização.

Parcerias com funções concretas

Os protocolos e parcerias ampliam as possibilidades de atuação municipal, a APAU acrescenta reconhecimento aéreo e apoio à observação, a EuroSistra, apoio à reposição de condições rodoviárias após acidentes, a Waze, informação sobre interdições, cortes, obras e acidentes, a VOST Portugal, apoio digital voluntário, e André do Tempo, análise meteorológica, informação e sensibilização. A cooperação com a AML associa participação no grupo de segurança e proteção civil, formação e recursos de monitorização. Os contactos com outros SMPC favorecem a partilha de experiências sobre organização, risco sísmico e preparação. A informação do serviço identifica ainda participação no MCR2030 e na rede da ANMP. Maio regista o encontro de cidades e vilas

resilientes e a entrega de certificado ao Montijo, outubro assinala provisoriamente a integração no Sendai Stakeholder Engagement Mechanism da UNDRR.

Significado estratégico e continuidade do trabalho

O conjunto documentado reforça a capacidade municipal de organizar responsabilidades, produzir conhecimento territorial, intervir preventivamente e preparar recursos e pessoas. As realizações ganham significado pela relação entre si: os registos localizam situações, a meteorologia caracteriza condições, a observação acompanha episódios e a cooperação permite mobilizar competências e meios. Este percurso assenta nas capacidades municipais existentes e nos reforços concretizados durante o período. A elaboração dos instrumentos, a participação das freguesias, a regularidade da informação e a diversificação dos meios constituem uma base para consolidar a proteção civil preventiva. A melhoria das condições para atuar é o resultado central apresentado no balanço, os efeitos continuados na segurança do território serão acompanhados através da utilização e manutenção dessas capacidades.

Correspondência com os referenciais preventivos

O relatório relaciona o trabalho municipal com o Quadro de Sendai e com os cinco objetivos da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, governança, conhecimento dos riscos, redução dos riscos, preparação e envolvimento dos cidadãos. A correspondência resulta das ações e dos instrumentos desenvolvidos, preservando a escala e as responsabilidades de cada entidade. Para a apreciação municipal e a CMPC, o balanço oferece uma base de discussão sobre continuidade de recursos, cooperação entre serviços e responsabilidades partilhadas. Para a ANEPC, a tutela governamental, a UNDRR e o MCR2030, apresenta uma experiência local de construção de capacidades e práticas suscetíveis de partilha. Destacam-se o circuito de participação das freguesias, a produção regular de informação, a ligação entre identificação de problemas e manutenção preventiva e a preparação familiar através da K72.

Perspetivas de consolidação identificadas no relatório

Linha de continuidade	Resultado a prosseguir
Planeamento e organização	Concluir a tramitação dos instrumentos e consolidar procedimentos de prontidão e coordenação.
Prevenção territorial	Manter a programação das intervenções e relacionar os locais tratados com observações posteriores.
Informação e monitorização	Assegurar continuidade dos relatórios, manutenção dos sensores e circulação útil de informação.
Logística e preparação	Completar o mapeamento de capacidades e exercitar mobilização e apoio à população com parceiros.
Comunidade e inovação	Dar continuidade à educação e à K72, acompanhando utilização e necessidades dos diferentes públicos.

1. FINALIDADE E LEITURA ESTRATÉGICA DO BALANÇO

Finalidade e âmbito

O presente balanço apresenta o trabalho desenvolvido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil do Montijo entre março e outubro de 2026 e analisa o seu contributo para o reforço da capacidade municipal de prevenção, preparação e apoio à população. Destina-se a apoiar a apreciação municipal, a continuidade do trabalho e a cooperação com entidades nacionais e internacionais, enquadrando as realizações no Quadro de Sendai e na Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030. A análise abrange a organização do planeamento, a participação das freguesias, a produção de conhecimento territorial, a monitorização meteorológica, as intervenções preventivas, a segurança de eventos, o reforço logístico e a preparação da comunidade. Procura identificar o que foi concretizado, as condições de atuação acrescentadas e os resultados que os elementos disponíveis permitem demonstrar.

O período considerado corresponde ao desenvolvimento registado desde março de 2026, reconhecendo as capacidades anteriormente existentes e os reforços realizados ao longo dos meses. Os totais consolidados referem-se a março–setembro, outubro é apresentado com base na informação provisória disponível à data de elaboração do relatório.

Base documental

O balanço assenta nos oito registos mensais de atividade disponibilizados, de março a outubro, e nos relatórios detalhados de ocorrências e de análise meteorológica de setembro. Estes últimos permitem observar a estrutura da informação técnica produzida regularmente e a sua utilização na caracterização do território e no acompanhamento das situações. Integram ainda a análise os elementos prestados pelo coordenador sobre meios, preparação comunitária, aplicação K72 SMPC Montijo, parcerias, redes e estado dos instrumentos municipais, bem como os referenciais oficiais e a ficha pública da aplicação.

Os elementos são apreciados segundo o respetivo período, âmbito e origem. Os valores consolidados, os exemplos relativos a um mês específico e a informação complementar do serviço são identificados de forma distinta, preservando a rastreabilidade da análise.

Critérios de apreciação dos resultados

A leitura do trabalho desenvolvido distingue quatro dimensões complementares:

Dimensão	Objeto de apreciação
Atividade e realizações	Ações executadas, intervenções realizadas, instrumentos elaborados e produtos disponibilizados.
Ganhos de capacidade	Recursos, competências, informação, procedimentos e mecanismos de cooperação que reforçam as condições municipais para atuar.
Resultados observados	Concretizações verificadas na utilização dessas capacidades, como o tratamento de uma situação identificada ou a prestação de apoio perante uma necessidade.
Impactos demonstrados	Alterações nas consequências dos acontecimentos ou nas condições de segurança e preparação, sustentadas por evidência que permita apreciar a contribuição das medidas adotadas.

Estas dimensões permitem relacionar a execução com a sua utilidade. A aquisição de um equipamento constitui uma realização, a sua disponibilidade operacional acrescenta capacidade, a mobilização para responder a uma necessidade permite observar a aplicação dessa capacidade. A demonstração de efeitos continuados exige acompanhamento ao longo do tempo. O balanço valoriza os resultados sustentados pela informação disponível e identifica as situações em que a avaliação depende de observação posterior. Esta abordagem permite reconhecer os progressos do período e orientar a consolidação do trabalho.

Métricas e interpretação da evolução

A análise quantitativa acompanha a leitura técnica das realizações. As métricas de atividade caracterizam o volume de trabalho, enquanto as métricas de capacidade e de resultado permitem apreciar a disponibilidade dos recursos, a utilização dos instrumentos e a concretização das intervenções. A apresentação de cada métrica deve identificar o período de referência, a unidade de contagem e a fonte. O aumento de registos pode traduzir maior participação ou melhoria da recolha de informação. O número de publicações caracteriza a produção comunicacional, mas não determina, por si só, o alcance ou a adoção de medidas de autoproteção. A interpretação dos valores deve, por isso, atender à natureza da atividade e à finalidade da medição.

Sempre que a informação existente o permita, os capítulos temáticos apresentam métricas que relacionam as realizações com a capacidade acrescentada e os resultados observados. As necessidades de acompanhamento ainda não satisfeitas são consideradas nas perspetivas de continuidade, permitindo melhorar a avaliação nos balanços seguintes.

Organização do documento

O relatório apresenta o enquadramento estratégico, o percurso de desenvolvimento e as principais áreas de atuação municipal. A análise conjunta dos ganhos do período e das perspetivas de consolidação encerra o corpo principal.

2. SENDAI E A ORIENTAÇÃO NACIONAL PARA 2030

Referenciais para a atuação municipal

O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes, para o período de 2015 a 2030, estabelece uma orientação comum para compreender os riscos, reduzir vulnerabilidades e reforçar a preparação das instituições e das comunidades. As suas quatro prioridades abrangem o conhecimento do risco, a governança, o investimento na redução do risco e a preparação para uma resposta eficaz, incluindo a melhoria das condições de recuperação. Em Portugal, a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto, organiza a orientação preventiva em cinco objetivos estratégicos. Estes objetivos permitem enquadrar o trabalho municipal e apreciar a relação entre as iniciativas desenvolvidas e as capacidades necessárias à proteção do território e da população.

Expressão dos objetivos nacionais no Montijo

O trabalho apresentado neste balanço abrange os cinco objetivos da Estratégia Nacional. A correspondência resulta da finalidade e do conteúdo das realizações documentadas.

Objetivo estratégico	Expressão no trabalho municipal
Fortalecer a governança na gestão de riscos	Elaboração do regulamento e do PMEPC, articulação na CMPC, participação das freguesias e desenvolvimento de protocolos de cooperação.

Melhorar o conhecimento sobre os riscos	Organização de registos georreferenciados, produção de relatórios de ocorrências e meteorologia e reforço da observação territorial.
Implementar estratégias para a redução de riscos	Intervenções na drenagem e nas linhas de água e atuação sobre condições de segurança do espaço público.
Melhorar a preparação face à ocorrência do risco	Planeamento de emergência, monitorização, acompanhamento de episódios, coordenação de eventos, formação e reforço logístico.
Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos	Educação para o risco, materiais de autoproteção, comunicação preventiva e preparação familiar através da K72 SMPC Montijo.

Estas correspondências são complementares. A plataforma das freguesias organiza a participação territorial e acrescenta informação ao conhecimento municipal. A formação reforça competências para utilizar instrumentos e mobilizar recursos. A preparação familiar aproxima o conhecimento dos riscos das decisões quotidianas das pessoas.

Do enquadramento estratégico à apreciação dos resultados

A ligação aos referenciais permite compreender a orientação do trabalho. A apreciação dos resultados exige observar o que cada iniciativa concretizou no município. No domínio do conhecimento, interessa perceber como a informação produzida apoia a identificação de necessidades e a definição de prioridades. Na preparação, importa reconhecer os procedimentos, as competências e os meios acrescentados. Na prevenção territorial, a análise incide nas condições sobre as quais se interveio. Na relação com a comunidade, considera as oportunidades de aprendizagem e os instrumentos disponibilizados para apoiar a autoproteção.

3. PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES

Desenvolvimento ao longo do período

Entre março e outubro de 2026, os registos mostram uma sequência de trabalho que relaciona a preparação de instrumentos, a disponibilização de recursos e a sua utilização em diferentes áreas da atuação municipal. Algumas iniciativas atravessam vários meses,

permitindo acompanhar a passagem dos contactos iniciais à elaboração técnica, à apresentação e à aplicação. Este percurso é particularmente visível na participação das freguesias, na organização logística e na produção de informação territorial. O seu significado reside na continuidade entre as ações e nas condições que foram sendo acrescentadas à capacidade de atuação do município.

Período	Principais realizações documentadas	Contributo para a capacidade municipal
Março e abril	Início do novo PMEPC, elaboração do regulamento, contactos com as freguesias sobre as ULPC, organização dos relatórios, preparação de parcerias e criação de canais digitais.	Desenvolvimento de instrumentos de organização, de relações de cooperação e de uma base regular de informação.
Maio e junho	Formalização de protocolos e parcerias, instalação de sensores registada em maio, início do diagnóstico logístico, apresentação da plataforma e do manual às freguesias e coordenação das Festas de São Pedro.	Disponibilização de recursos de observação e participação territorial, identificação de meios e aplicação de procedimentos de coordenação num evento concreto.
Julho e agosto	Capacitação das freguesias, formação da equipa, ações junto de IPSS sobre calor, publicação do guia de riscos, alargamento dos canais de comunicação, reforço logístico e desenvolvimento da aplicação familiar.	Reforço de competências, diversificação dos meios de apoio à população e ampliação dos instrumentos de preparação comunitária.
Setembro e outubro	Intervenções preventivas na drenagem e nas linhas de água, acompanhamento meteorológico operacional, continuidade da capacitação e da K72, reforço de sensores e aquisição de geradores referidos em outubro e participação no Sendai SEM.	Aplicação da informação e da articulação no acompanhamento territorial, reforço material e desenvolvimento da cooperação externa.

Participação das freguesias

O trabalho com as freguesias permite observar uma sequência de construção de capacidade. Os contactos e as apresentações iniciais sobre as ULPC foram acompanhados pela elaboração do Manual de Apoio às Freguesias e pela preparação da plataforma de registo municipal. A apresentação pública, em junho, foi seguida de quatro ações de capacitação em julho e de capacitação dirigida à ULPC Montijo e Afonsoeiro em setembro e outubro. O resultado deste percurso é a disponibilização de um canal organizado de comunicação com o SMPC, acompanhado por orientação e capacitação para a sua utilização. A participação territorial passa a dispor de instrumentos comuns para registar situações e apoiar o respetivo encaminhamento. A consolidação desta capacidade poderá ser apreciada através da utilização efetiva da plataforma, da continuidade da participação das freguesias e do acompanhamento das situações comunicadas. Estes elementos permitem relacionar o investimento na capacitação com o funcionamento do circuito territorial.

Organização progressiva dos recursos logísticos

Na logística, o diagnóstico iniciado em maio foi acompanhado pelo levantamento de capacidades junto dos parceiros, pela formação e pelo reforço de equipamentos. O trabalho procura associar o conhecimento dos recursos existentes às condições necessárias para a sua mobilização. A disponibilização de água à população durante uma interrupção de abastecimento, registada em agosto, constitui um exemplo de aplicação do apoio logístico numa necessidade concreta. As aquisições e o desenvolvimento do mapeamento acrescentam meios e informação a esta capacidade, cuja organização prossegue com as freguesias, os agentes de proteção civil e as IPSS. O percurso deve ser apreciado considerando os recursos identificados, os meios disponíveis e as utilizações documentadas. Esta leitura permite distinguir o reforço material da capacidade de mobilização que vai sendo consolidada.

Regularidade da informação e continuidade do trabalho

Entre março e setembro foram produzidos sete relatórios mensais de atividade. Os registos indicam também duas versões mensais dos produtos meteorológicos e dos produtos de ocorrências, correspondendo a 14 produtos de cada domínio. A regularidade desta produção conserva informação sobre situações, intervenções e condições do território. Cria uma base que permite recuperar o trabalho realizado, acompanhar a evolução dos

processos e fundamentar prioridades posteriores. O percurso documentado mostra, assim, o desenvolvimento de capacidades com diferentes níveis de consolidação. Existem instrumentos elaborados, recursos disponibilizados e exemplos de aplicação operacional.

4. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Instrumentos de organização e planeamento

A elaboração do Regulamento do SMPC e do novo Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de terceira geração constitui um dos principais resultados organizacionais do período. O trabalho teve início em março e foi acompanhado por momentos de apresentação e discussão institucional. Em junho, o registo mensal assinala a apreciação e aprovação do PMEPC em reunião extraordinária da Comissão Municipal de Proteção Civil. Segundo a informação do serviço considerada neste balanço, o plano encontra-se na ANEPC e aguarda a tramitação necessária à entrada em vigor. O ganho já concretizado é a elaboração técnica interna dos instrumentos, mobilizando conhecimento do território, dos recursos e da organização municipal. O regulamento integra um mecanismo de prontidão municipal destinado a estruturar a preparação antecipada. Estes instrumentos estabelecem referências para a organização do serviço e para a articulação da atuação municipal. A apreciação deste trabalho distingue a elaboração técnica, os momentos de apreciação institucional e a entrada em vigor. Cada etapa representa um resultado próprio, cuja conclusão deve ser sustentada pelos documentos do respetivo processo.

Participação das freguesias na prevenção

A plataforma de registo municipal, o dashboard e o Manual de Apoio às Freguesias foram desenvolvidos para organizar a comunicação de situações do território ao SMPC. A apresentação pública de junho foi acompanhada pela entrega do manual e de coletes identificativos de proteção civil aos presidentes de junta. Em julho, os registos identificam quatro ações de capacitação sobre a plataforma. Setembro e outubro acrescentam capacitação dirigida à ULPC Montijo e Afonsoeiro. A sequência de apresentação, disponibilização de orientação e capacitação criou condições para uma participação territorial mais estruturada. O ganho de capacidade consiste na existência de um canal comum para comunicar situações e apoiar a sua verificação e encaminhamento. A proximidade das freguesias permite acrescentar informação sobre necessidades locais e facilita a ligação entre a observação no território e os serviços competentes. A utilidade

deste circuito depende da continuidade do acompanhamento. O registo de uma situação deve permitir conhecer o encaminhamento efetuado, a entidade responsável pelo tratamento e o retorno prestado à freguesia. Estes elementos tornam a comunicação recuperável e permitem acompanhar a evolução de cada processo.

Articulação entre serviços e entidades

As reuniões sobre limpeza de terrenos, preparação de eventos, segurança, condições de habitação, educação e meteorologia demonstram uma atuação que envolve diferentes áreas municipais e parceiros. A CMPC, a articulação sub-regional e o grupo de trabalho da AML constituem espaços de coordenação e de partilha de informação. O SMPC participa também em matérias conexas, como o estudo da Polícia Municipal e a preparação de projetos de videovigilância. Esta participação integra a cooperação municipal para a segurança, preservando a distinção entre essas matérias e as missões próprias de proteção civil. O contributo desta articulação reside na possibilidade de relacionar problemas identificados com as competências e os recursos necessários ao seu tratamento. A realização de reuniões documenta a atividade de cooperação. Os encaminhamentos, as intervenções e as decisões que delas resultam permitem apreciar a sua concretização.

Resultados documentados e métricas de acompanhamento

Os elementos disponíveis permitem identificar os seguintes resultados neste domínio.

Elemento	Resultado documentado	Leitura técnica
Regulamento do SMPC	Elaboração do instrumento, incluindo um mecanismo de prontidão municipal.	Produção de uma referência técnica para a organização e preparação do serviço, distinta da conclusão da tramitação.
PMEPC	Elaboração técnica e apreciação e aprovação registadas em reunião extraordinária da CMPC, em junho.	Cumprimento de uma etapa institucional do processo, mantendo a tramitação posterior indicada no relatório.

Plataforma e manual	Apresentação pública em junho e disponibilização de instrumentos de apoio às freguesias.	Criação de condições comuns para comunicação e encaminhamento de situações territoriais.
Capacitação	Quatro ações sobre a plataforma em julho e capacitação adicional identificada em setembro e outubro.	Apoio à utilização dos instrumentos, sem equivalência automática entre número de ações e número de freguesias utilizadoras.

Para acompanhar a consolidação desta capacidade, são particularmente úteis três métricas.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Utilização da plataforma pelas freguesias	Número de freguesias com pelo menos um registo válido no período, face ao total abrangido pela plataforma.	Identificar a utilização do canal e eventuais necessidades de acompanhamento ou capacitação.
Situações com encaminhamento identificado	Número de situações comunicadas com entidade responsável pelo tratamento registada, face ao total de situações válidas recebidas no mesmo período.	Verificar a organização do tratamento das comunicações.
Situações com retorno à freguesia	Número de situações com informação de acompanhamento ou conclusão comunicada à freguesia, face ao total de situações válidas recebidas no período.	Apreciar a continuidade da comunicação, distinguindo acompanhamento de resolução.

5. CONHECIMENTO TERRITORIAL ATRAVÉS DAS OCORRÊNCIAS

Organização da informação municipal

Entre março e setembro de 2026, os registos mensais apresentam 451 ocorrências e atividades introduzidas no sistema municipal. Este universo integra intervenções, prevenção, assistência, operações e articulação institucional. O total caracteriza o trabalho registado pelo serviço e não corresponde exclusivamente a acidentes ou situações de emergência. A organização desta informação acrescenta capacidade para conhecer a distribuição territorial das situações, identificar problemas recorrentes e acompanhar o respetivo tratamento. O valor dos registos depende da possibilidade de relacionar cada situação com a sua localização, natureza, entidades envolvidas e estado de acompanhamento. O relatório detalhado de setembro demonstra a estrutura desta produção técnica. Cada registo reúne informação individual, data, coordenadas, freguesia, classificação, entidades participantes e estado. O documento inclui mapas dos setores oeste e este e por freguesia, distribuição por tipologia, participação das entidades e tempos de resolução.

Caracterização dos registos de setembro

Os 72 registos de setembro permitem observar a diversidade do trabalho acompanhado pelo SMPC.

Categoria	Número de registos
Riscos mistos	39
Proteção e assistência a pessoas e bens	13
Operações e estados de alerta	19
Risco tecnológico	1
Total	**72**

As descrições incluem trabalhos preventivos de drenagem, situações ambientais, segurança do espaço público, acompanhamento de eventos e atividades de coordenação. Esta composição confirma a necessidade de interpretar os valores segundo a natureza das situações, evitando tratar todo o universo como ocorrências de emergência com

características equivalentes. Todos os registos de setembro constam como concluídos. Em 27 dos 72 registos houve participação de mais de uma entidade, correspondendo a 37,5% do total mensal. Este resultado evidencia a presença da articulação interinstitucional no trabalho registado.

Métricas disponíveis e significado dos resultados

Métrica	Resultado	Interpretação
Volume de registos de março a setembro	451	Dimensão da atividade introduzida no sistema durante o período consolidado.
Volume de registos de setembro	72	Universo mensal utilizado para a análise detalhada apresentada neste capítulo.
Registos de setembro classificados como concluídos	72 em 72, correspondendo a 100%	Estado de conclusão registado no sistema à data do relatório.
Registos de setembro com participação de várias entidades	27 em 72, correspondendo a 37,5%	Presença de intervenção ou participação conjunta no universo mensal.
Mediana do tempo de resolução em setembro	92 minutos	Valor central dos intervalos de resolução contabilizados segundo os momentos definidos no sistema.

A classificação de um registo como concluído informa sobre o encerramento do processo registado. A sua interpretação deve atender ao objeto da intervenção e ao resultado descrito, uma vez que a conclusão de uma tarefa não significa necessariamente a eliminação definitiva da condição de risco. A mediana de 92 minutos caracteriza um conjunto que reúne atividades de natureza e duração diferentes. Não corresponde ao tempo de chegada dos meios nem permite, isoladamente, avaliar a rapidez da resposta operacional. A comparação entre períodos será mais esclarecedora quando considerar tipologias equivalentes e critérios estáveis de início e conclusão. A participação de várias entidades demonstra articulação no tratamento das situações. A avaliação da eficácia

dessa cooperação depende também das funções desempenhadas e do resultado alcançado em cada caso.

Ganho de capacidade para a prevenção

O principal ganho documentado é a existência de informação territorial estruturada, recuperável e utilizável no planeamento. A georreferenciação permite localizar concentrações de intervenções. A classificação organiza a leitura dos problemas. A identificação das entidades e do estado de tratamento permite acompanhar responsabilidades e conservar o percurso de cada situação. Esta base pode apoiar a seleção de locais para observação, a definição de prioridades de manutenção e a preparação de ações dirigidas a necessidades específicas. A demonstração dessa utilização ganha consistência quando o registo permite relacionar uma situação identificada com a decisão ou intervenção que lhe deu seguimento.

Aprofundamento da avaliação

A evolução desta capacidade poderá ser acompanhada através de duas métricas complementares, a apurar com base nos registos existentes.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Completude dos registos	Número de registos com localização, tipologia, entidade responsável, estado e descrição do resultado preenchidos, face ao total do período.	Apreciar a qualidade da informação disponível para análise e acompanhamento.
Repetição de situações nos locais intervencionados	Número de locais com nova situação da mesma natureza após uma intervenção concluída, face ao total de locais acompanhados dessa tipologia.	Identificar necessidades de nova observação, manutenção ou análise técnica.

A análise da repetição exige identificar os locais de forma consistente e definir um período de acompanhamento. Deve também considerar as condições de cada episódio, porque uma nova ocorrência pode resultar de circunstâncias diferentes e não representar uma falha da intervenção anterior. O desenvolvimento destas métricas permitirá acrescentar à

contagem da atividade uma apreciação da qualidade dos registos e da evolução das situações no território. A informação produzida poderá, assim, apoiar de forma mais objetiva a definição de prioridades e a avaliação do trabalho preventivo.

6. METEOROLOGIA LOCAL E ANTECIPAÇÃO OPERACIONAL

Informação meteorológica para a preparação municipal

A produção regular de relatórios meteorológicos cria uma base de conhecimento sobre a forma como as condições atmosféricas se manifestam no concelho e na sua envolvente. A análise permite caracterizar os períodos observados, reconhecer diferenças territoriais e apoiar a preparação sazonal e a comunicação preventiva.

Os registos mensais identificam versões gerais e detalhadas dos produtos meteorológicos. Entre março e setembro são indicados 14 produtos, correspondentes a duas versões por mês. Esta produção conserva informação que pode ser recuperada para interpretar episódios e fundamentar o planeamento municipal. O relatório detalhado de setembro utiliza três estações de referência, Pegões e Barreiro/Lavradio, do IPMA, e Montijo, da AML. A análise combina temperatura, precipitação, humidade e vento, incluindo enquadramentos sobre conforto térmico, variabilidade meteorológica, seca, avisos e perigo de incêndio rural.

Conhecimento das diferenças territoriais

A comparação entre pontos de observação acrescenta detalhe à caracterização das condições locais. Permite reconhecer diferenças entre o interior do concelho, a área urbana e a envolvente estuarina, relevantes para adequar mensagens e preparar atividades. Em setembro, o relatório identifica 25 dias com temperatura máxima igual ou superior a 30 °C em Pegões e 18 na estação do Montijo. A diferença observada demonstra que um mesmo período pode apresentar condições distintas nos locais analisados. Estes valores caracterizam o mês e não constituem, isoladamente, evidência de uma tendência climática. Para a estação do Montijo são indicados 1 440 registos válidos de meia em meia hora. A disponibilidade desta sequência permite acompanhar a evolução das variáveis ao longo do mês e conservar uma referência técnica para análises posteriores.

Métrica	Resultado documentado	Significado
Produtos meteorológicos de março a setembro	14, em versões gerais e detalhadas	Continuidade da produção técnica ao longo de sete meses.
Estações de referência no relatório de setembro	3	Diversidade dos pontos de observação utilizados na análise.
Registos válidos da estação do Montijo em setembro	1 440	Volume de observações disponíveis, com periodicidade de meia em meia hora.
Dias com temperatura máxima igual ou superior a 30 °C em Pegões	25	Frequência observada durante setembro nesta estação.
Dias com temperatura máxima igual ou superior a 30 °C no Montijo	18	Frequência observada durante setembro nesta estação.

O número de estações e de observações caracteriza a base utilizada. A representatividade territorial depende também da localização dos equipamentos, das condições de instalação e da qualidade dos dados.

Monitorização e acompanhamento dos episódios

A instalação de sensores hidrométricos e marégrafos, registada ao longo do período no âmbito da AML, acrescenta capacidade de observação dos níveis de água. Esta informação complementa a análise meteorológica e apoia a leitura das condições durante os episódios. Os relatórios mensais e a monitorização desempenham funções distintas. Os primeiros organizam a caracterização do período e conservam memória técnica. A observação atualizada e o acompanhamento por nowcasting apoiam a apreciação da situação em desenvolvimento. Nos dias 3 e 4 de outubro, o registo de trabalho descreve dois operacionais no terreno e dois técnicos em acompanhamento por nowcasting, com produção regular de informação. São também identificados dois Info Reports dirigidos às freguesias e à CMPC. Este episódio documenta uma aplicação concreta da capacidade de acompanhamento, associando presença territorial, análise técnica e circulação de

informação entre intervenientes. Os elementos disponíveis demonstram a organização desse acompanhamento, embora não permitam quantificar a antecedência das medidas adotadas ou os efeitos produzidos.

Ganhos de capacidade identificados

O trabalho desenvolvido acrescenta informação local organizada, recursos de observação e práticas de acompanhamento operacional. A combinação destas componentes permite relacionar as condições meteorológicas com a observação do território e disponibilizar informação aos serviços e parceiros. A parceria com André do Tempo e as ações dirigidas a agentes e freguesias acrescentam interpretação e capacitação. O seu contributo reside no apoio à compreensão dos fenómenos e à utilização da informação na preparação municipal. O ganho estratégico está na possibilidade de acompanhar os episódios com uma base técnica mais estruturada e conservar o conhecimento produzido. A demonstração da sua utilidade operacional deve relacionar a informação disponível com as diligências e decisões que lhe deram seguimento.

Métricas para acompanhar a consolidação

A avaliação desta capacidade pode ser aprofundada através de métricas que relacionem a disponibilidade dos dados com a utilização da informação.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Disponibilidade de dados válidos	Número de registos válidos recebidos, face ao número esperado no período, segundo a frequência de cada equipamento.	Identificar falhas de observação e necessidades de manutenção.
Episódios com acompanhamento documentado	Número de episódios selecionados para acompanhamento com registo da análise, informação emitida e destinatários, face ao total selecionado.	Verificar a continuidade e a rastreabilidade do acompanhamento técnico.
Episódios com diligências associadas	Número de episódios acompanhados em que exista registo de uma diligência ou	Demonstrar a utilização da informação na atuação municipal.

à informação produzida	decisão fundamentada na informação meteorológica ou hidrométrica.	

7. MITIGAÇÃO NO TERRITÓRIO E PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES

Intervenção sobre condições de agravamento do risco

A limpeza e desobstrução de sarjetas, sumidouros e linhas de água constitui uma componente material da proteção civil preventiva. Estas intervenções incidem sobre condições que podem dificultar o escoamento e agravar a acumulação de água durante episódios de precipitação. O trabalho desenvolvido articula a identificação de situações no território, a intervenção dos serviços competentes e o acompanhamento municipal. O SMPC contribui para reconhecer necessidades e sinalizar prioridades de proteção civil, enquanto os serviços executores asseguram as operações de manutenção e intervenção no âmbito das respetivas competências. A prevenção resulta, neste domínio, da ligação entre o conhecimento dos locais e a atuação sobre os problemas identificados. A remoção de uma obstrução permite tratar uma condicionante concreta do escoamento, embora a ocorrência de inundações dependa também de fatores como a intensidade da precipitação, a capacidade das infraestruturas e, nos locais relevantes, as condições de maré.

Intervenções documentadas

Em setembro foram registadas 12 ações de limpeza e desobstrução de sumidouros e sarjetas na zona ribeirinha e urbana, desenvolvidas em articulação com a DOSUAQV e os SMAS. O registo provisório de outubro acrescenta nove ações de drenagem e quatro ações de limpeza e desassoreamento de linhas de água em zona urbana. Os quantitativos mantêm a designação e a unidade de registo utilizadas nos documentos mensais.

Período	Intervenção registada	Número de ações
Setembro	Limpeza e desobstrução de sumidouros e sarjetas na zona ribeirinha e urbana	12
Outubro, provisório	Ações de drenagem	9
Outubro, provisório	Limpeza e desassoreamento de linhas de água em zona urbana	4

Resultados e ganhos de capacidade

O resultado diretamente documentado é a realização de intervenções sobre condições que podem prejudicar o funcionamento da drenagem. O contributo preventivo decorre da atuação sobre esses fatores locais de agravamento, preparando os pontos intervencionados para os episódios de precipitação. A cooperação entre o SMPC, a DOSUAQV e os SMAS acrescentam capacidade de tratamento das situações identificadas. A observação territorial permite sinalizar necessidades, os serviços competentes mobilizam os meios de execução e o registo conserva informação sobre o trabalho realizado. Para tornar mais objetiva a demonstração do resultado, importa relacionar cada intervenção com a condição observada no local. A identificação do problema, a descrição dos trabalhos e a verificação posterior permitem demonstrar o que foi concretamente corrigido e reconhecer necessidades que persistam. Essa verificação pode ser sustentada por registos técnicos e fotográficos existentes. A observação durante episódios posteriores acrescenta informação sobre o comportamento do local e a eventual necessidade de manutenção ou de outra resposta técnica.

Métricas para apreciar a execução e os resultados

A contagem de ações deve ser complementada, quando os registos o permitirem, por métricas de cobertura, verificação e recorrência.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Cobertura dos pontos prioritários	Número de pontos prioritários com intervenção executada, face ao total de pontos com intervenção prevista para o período.	Apreciar a concretização das prioridades identificadas.

Intervenções com verificação posterior	Número de intervenções concluídas com registo de verificação das condições no local, face ao total de intervenções concluídas no período.	Confirmar que a execução foi acompanhada pela observação do resultado.
Correção das condições identificadas	Número de pontos verificados em que foi confirmada a correção da condição que motivou os trabalhos, face ao total de pontos verificados.	Distinguir a realização da intervenção do resultado observado.
Recorrência nos locais acompanhados	Número de locais com repetição do problema durante um período definido, face ao total de locais intervencionados e acompanhados nesse período.	Identificar necessidades de manutenção recorrente ou de análise técnica adicional.

8. PREPARAÇÃO E SEGURANÇA DE EVENTOS

Planeamento e articulação antes dos eventos

A preparação e segurança de eventos constitui uma linha continuada da atividade municipal durante o período. Os registos identificam reuniões com organizações, elaboração de planos, vistorias e presença preventiva em iniciativas culturais, desportivas, religiosas e comunitárias. Este trabalho permite antecipar necessidades, organizar responsabilidades e preparar a articulação entre organizadores, agentes de proteção civil e serviços municipais. O planeamento estabelece uma referência comum para a atuação, enquanto as vistorias permitem observar as condições dos recintos e identificar situações que necessitam de tratamento. O ganho de capacidade resulta da ligação entre preparação documental, verificação no terreno e coordenação durante a realização dos eventos. A apreciação dos resultados deve considerar a aplicação destes instrumentos e o tratamento das situações identificadas.

Realizações documentadas

As Festas de São Pedro de 2026 constituem um exemplo do percurso de preparação e aplicação operacional. O trabalho incluiu reuniões preparatórias desde março, conclusão do Plano de Coordenação de Evento em maio e reunião final em junho.

Durante as festas, o dispositivo municipal de coordenação funcionou ao longo de sete dias. O registo de junho indica 70 horas e sete elementos. Estes valores são apresentados segundo a informação original, sem conversão em horas de trabalho acumuladas por todos os participantes. Em julho foram identificados quatro planos de segurança associados às Festas das Craveiras, Festas de São Jorge, Feira Medieval e Festas Populares do Afonsoeiro. Agosto acrescenta o plano das Festas em Honra de Nossa Senhora da Oliveira, em Canha. Entre maio e setembro, os registos contabilizam 17 vistorias a recintos festivos. Outubro apresenta mais uma vistoria, em balanço provisório.

Elemento	Resultado documentado	Âmbito
Plano de Coordenação das Festas de São Pedro	Conclusão em maio, seguida de preparação final e aplicação do dispositivo em junho	Planeamento e coordenação de um evento concreto.
Dispositivo municipal nas Festas de São Pedro	Sete dias, com referência a 70 horas e sete elementos	Dimensão do acompanhamento indicada no registo mensal.
Planos de segurança identificados em julho	4	Festas das Craveiras, Festas de São Jorge, Feira Medieval e Festas Populares do Afonsoeiro.
Plano de segurança identificado em agosto	1	Festas em Honra de Nossa Senhora da Oliveira, em Canha.
Vistorias de maio a setembro	17	Total dos meses com valor expresso.
Vistorias de outubro	1	Informação provisória.

Ganhos de preparação e coordenação

A elaboração dos planos e a articulação preparatória acrescentam condições para reconhecer necessidades antes da concentração de participantes. A definição de responsabilidades e a organização da informação permitem que os intervenientes disponham de referências para coordenar a atuação. Nas Festas de São Pedro, a sequência documentada entre reuniões, plano e dispositivo demonstra a aplicação do trabalho preparatório num contexto operacional. Nos restantes eventos identificados, a elaboração dos planos constitui um produto técnico destinado a apoiar a preparação das condições de realização. As vistorias acrescentam observação direta ao planeamento. O seu resultado deve ser apreciado através das situações identificadas, das medidas comunicadas aos responsáveis e da confirmação do respetivo tratamento, quando exista esse registo. A ausência de incidentes não deve ser atribuída exclusivamente à existência de planos ou à presença preventiva. A demonstração do contributo municipal ganha consistência quando apresenta as condições verificadas, as correções concretizadas e a coordenação efetivamente assegurada.

Métricas para avaliar a preparação dos eventos

As métricas seguintes permitem complementar a contagem de planos e vistorias com informação sobre a concretização da preparação.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Conclusão atempada dos instrumentos previstos	Número de eventos com o instrumento de planeamento previsto concluído antes da realização, face ao total de eventos para os quais essa elaboração estava prevista.	Apreciar a antecedência e a concretização do trabalho preparatório.
Correção das situações identificadas nas vistorias	Número de situações com necessidade de correção cuja resolução foi verificada antes da abertura, face ao total das que exigiam correção nesse prazo.	Demonstrar resultados concretos da verificação preventiva.
Eventos com avaliação posterior documentada	Número de eventos com registo de dificuldades, aspetos positivos e	Acompanhar a aprendizagem resultante da

	medidas de melhoria, face ao total selecionado para avaliação.	experiência operacional.

Formação e aprendizagem operacional

A preparação de eventos foi acompanhada pelo desenvolvimento de competências da equipa. Em maio, dois técnicos participaram em formação de sustentação logística promovida pela ANEPC. Julho regista formação certificada de 25 horas em proteção civil, formação ESRI e formação da AML sobre cheias e inundações. Os registos incluem também participação num simulacro da Leroy Merlin e observação de um exercício de escala total no Aeródromo das Faias. Em setembro foi elaborado o plano de formação interna para o quarto trimestre, com duas ações registadas em outubro. Estas iniciativas acrescentam oportunidades de aprendizagem relacionadas com logística, informação territorial e preparação operacional. O seu contributo para a capacidade municipal torna mais clara a relação entre formação e prática quando o conhecimento adquirido é aplicado nos instrumentos, procedimentos e exercícios do serviço. A continuidade deve aproveitar a experiência dos eventos e da formação para aperfeiçoar a preparação seguinte. O registo das dificuldades encontradas e das alterações introduzidas permitirá demonstrar essa evolução ao longo do tempo.

9. LOGÍSTICA E CAPACIDADE DE APOIO À POPULAÇÃO

Reforço dos recursos materiais

O reforço logístico realizado durante o período ampliou os recursos municipais destinados ao apoio à população. As aquisições abrangem acolhimento, conforto, higiene, armazenamento de água e combustível, iluminação e energia. O registo de agosto identifica sete depósitos de 1 000 litros, dos quais cinco destinados a água e dois a combustível, uma torre de iluminação LED, 100 kits de conforto, 100 kits de higiene para adulto e bebé e 100 camas articuláveis. Outubro regista a aquisição de dois geradores de 40 kVA com atrelado. A informação complementar do serviço identifica ainda um abrigo com capacidade para 25 pessoas, três reboques para mobilização de material e recursos de alimentação de apoio à população. Estes elementos complementam os registos mensais e devem conservar essa identificação de origem.

Componente	Recursos identificados	Capacidade material representada
Acolhimento	100 camas articuláveis e um abrigo para 25 pessoas	Recursos para descanso e instalação de abrigo temporário, com capacidades distintas.
Conforto e higiene	100 kits de conforto e 100 kits de higiene para adulto e bebé	Materiais de apoio às necessidades básicas da população.
Armazenamento de água	Cinco depósitos de 1 000 litros	Capacidade nominal de armazenamento de 5 000 litros.
Armazenamento de combustível	Dois depósitos de 1 000 litros	Capacidade nominal de armazenamento de 2 000 litros.
Energia	Dois geradores de 40 kVA com atrelado, cuja aquisição é registada em outubro	Recursos de produção de energia mobilizáveis através dos respetivos atrelados.
Iluminação	Uma torre LED	Recurso para iluminação de locais de operação ou apoio.
Transporte	Três reboques referidos pelo serviço	Meios para deslocação de material, segundo as respetivas características.
Alimentação	Recursos de apoio alimentar comunicados pelo serviço	Componente de assistência cuja capacidade não está quantificada no balanço.

Organização municipal dos recursos

O diagnóstico e mapeamento logístico municipal teve início em maio e prosseguiu com trabalho junto das freguesias. Segundo a informação do serviço, o levantamento envolve agentes de proteção civil, IPSS e juntas, procurando organizar conhecimento partilhado sobre os recursos existentes.

Este trabalho acrescenta uma dimensão organizacional ao reforço material. A identificação de meios, localização, disponibilidade e condições de mobilização permite preparar a sua utilização e reconhecer necessidades que dependem da articulação com parceiros. O ganho documentado consiste na ampliação dos recursos e no desenvolvimento do conhecimento sobre as capacidades municipais e das entidades participantes. A ligação entre acolhimento, transporte, abastecimento e energia cria uma base mais diversificada para responder a necessidades da população.

A consolidação desta capacidade exige que o inventário permita distinguir os meios adquiridos, os meios recebidos e os meios disponíveis para utilização. Nos recursos de parceiros, importa identificar as condições em que podem ser solicitados e mobilizados.

Aplicação no apoio à população

O registo de agosto inclui a disponibilização de água à população durante uma interrupção de abastecimento. Esta atuação constitui um exemplo concreto de utilização do apoio logístico perante uma necessidade identificada. O resultado documentado é a prestação desse apoio. A informação apresentada no balanço não quantifica o volume distribuído, a duração da operação ou o número de pessoas abrangidas. Estes elementos, caso constem dos registos operacionais, permitiriam caracterizar com maior precisão a dimensão da resposta assegurada.

O mesmo mês assinala a elaboração de protocolo com o Fórum Montijo para apoio logístico e cooperação técnica. O desenvolvimento deste instrumento acrescenta uma possibilidade de articulação, cujo estado deve ser distinguido da assinatura e da utilização efetiva dos apoios previstos.

Da capacidade material à capacidade operacional

A disponibilidade de equipamentos é uma condição necessária para a assistência, mas a capacidade operacional depende também da possibilidade de os transportar, instalar, operar e sustentar durante o período necessário. No acolhimento, a utilização das camas exige um espaço adequado e condições complementares de apoio. No abastecimento, a capacidade dos depósitos deve ser relacionada com o transporte, o enchimento e a distribuição. Na energia, a utilização dos geradores depende das condições de instalação, dos operadores e das necessidades dos equipamentos a alimentar. A avaliação técnica

deve, por isso, apreciar os meios por função e identificar as condições que permitem a sua utilização conjunta. Esta leitura torna mais claro o contributo das aquisições e as necessidades de organização ainda existentes.

Métricas de disponibilidade e mobilização

Para complementar o inventário, são particularmente úteis métricas que permitam conhecer a operacionalidade dos meios e observar a sua utilização.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Meios com operacionalidade verificada	Número de meios com verificação funcional válida segundo o procedimento aplicável, face ao total inventariado da mesma categoria.	Identificar os recursos em condições de utilização e as necessidades de manutenção.
Meios com condições de mobilização identificadas	Número de meios com localização, responsável, transporte e condições de utilização registados, face ao total previsto para mobilização.	Apreciar a preparação para disponibilizar os recursos quando necessários.
Tempo de disponibilização de uma capacidade de apoio	Intervalo entre a determinação da mobilização e o momento em que a capacidade definida fica pronta para utilização no local.	Avaliar a mobilização e a instalação em exercício ou situação real.
Concretização do apoio solicitado	Quantidade de apoio efetivamente disponibilizada face à necessidade identificada, utilizando a unidade adequada a cada operação.	Relacionar os recursos mobilizados com a resposta prestada à população.

Continuidade da preparação logística

A continuidade deve concentrar o trabalho na conclusão do mapeamento de capacidades, na atualização do inventário e na organização da mobilização com os parceiros. A realização de exercícios e o registo das utilizações reais permitirão identificar dificuldades,

verificar procedimentos e orientar melhorias. O reforço logístico documentado constitui uma base material para apoiar pessoas quando os recursos habituais ou os serviços são afetados. A sua manutenção e organização operacional são essenciais para assegurar que essa capacidade permanece disponível ao longo do tempo.

10. EDUCAÇÃO E PREPARAÇÃO DA COMUNIDADE

Educação para o risco e preparação das pessoas

A educação e a sensibilização desenvolvidas durante o período procuram aproximar o conhecimento dos riscos das decisões quotidianas das pessoas. O trabalho abrange públicos escolares, população sénior, famílias, freguesias e instituições, combinando ações presenciais com materiais de consulta e comunicação digital. O programa pedagógico comunicado pelo SMPC reúne cerca de 50 ações e mais de 1 500 participantes diretos, abrangendo do primeiro ciclo ao ensino secundário. Os conteúdos incluem riscos do quotidiano, sismos, mochila de sobrevivência e plano de emergência familiar.

Estes valores caracterizam a dimensão do programa segundo a informação prestada pelo serviço. Para comparação entre períodos, importa conservar a identificação das ações, as datas e os critérios de contagem dos participantes, distinguindo participações de pessoas diferentes.

Diversidade de públicos e contextos

Os registos mensais apresentam iniciativas dirigidas a diferentes necessidades de preparação. Em março foi realizada sensibilização junto da academia sénior de Pegões. Maio inclui uma palestra sobre sismos na Escola Secundária Jorge Peixinho. Em junho foram registadas quatro ações sobre plano familiar em Sarilhos Grandes e Atalaia e Alto Estanqueiro da Jardia. Julho identifica dez ações junto de IPSS sobre onda de calor. Estas iniciativas aproximam a informação preventiva de instituições que acompanham públicos com necessidades específicas, permitindo abordar medidas adequadas ao contexto de cada organização. A preparação do ano letivo foi acompanhada por reuniões com estabelecimentos e agrupamentos escolares. Setembro regista contributos do SMPC para a Carta Educativa Municipal. Outubro identifica trabalho sobre um clube de proteção civil em Pegões e palestras em várias escolas, dando continuidade à preparação escolar e familiar.

Iniciativa ou domínio	Resultado documentado	Público ou contexto
Programa pedagógico	Cerca de 50 ações e mais de 1 500 participantes diretos, segundo informação do serviço	Comunidade escolar, do primeiro ciclo ao ensino secundário.
Preparação familiar em junho	Quatro ações	Sarilhos Grandes e Atalaia e Alto Estanqueiro da Jardia.
Sensibilização sobre calor em julho	Dez ações	IPSS.
Articulação educativa em setembro	Contributos para a Carta Educativa Municipal	Planeamento educativo municipal.
Continuidade em outubro	Trabalho sobre um clube de proteção civil em Pegões e palestras em escolas	Informação provisória sobre preparação escolar e familiar.

Materiais e canais de comunicação

A publicação do manual da mochila de emergência, em maio, e do Guia Informativo de Riscos Municipal, em julho, acrescentou recursos de consulta às ações presenciais. Estes materiais permitem retomar os conteúdos e apoiar a preparação fora do momento de sensibilização. Facebook e Instagram, criados em abril, o canal WhatsApp, de julho, e o Spotify, de agosto, alargaram os meios de comunicação do serviço. O SMPC refere informação diária no WhatsApp e rubricas quinzenais de cerca de 30 minutos no Spotify.

Entre março e setembro, os registos mensais contabilizam 200 publicações de informação e sensibilização. Este número demonstra produção comunicacional continuada. A dimensão do público alcançado e a utilização dos conteúdos exigem informação própria de cada canal. A combinação de ações presenciais, materiais e meios digitais cria diferentes oportunidades de contacto com a população. Permite disponibilizar informação entre iniciativas, acompanhar períodos de risco e apoiar a consulta posterior de medidas de autoproteção.

Ganhos de capacidade comunitária

O resultado documentado é a ampliação das oportunidades de aprendizagem e dos recursos de preparação disponibilizados à comunidade. A diversidade de públicos e contextos permite aproximar os conteúdos das necessidades das escolas, das famílias, das instituições e das pessoas mais velhas. A participação numa ação demonstra contacto com os conteúdos. O ganho de conhecimento pode ser apreciado através da compreensão das medidas abordadas. A aplicação prática exige observar se essas medidas foram concretizadas, como a definição de um ponto de encontro familiar ou a preparação de materiais essenciais. Estas dimensões devem ser distinguidas para que a avaliação reconheça o trabalho realizado e identifique os resultados que podem ser demonstrados. O objetivo é compreender em que medida a sensibilização apoia decisões e comportamentos de preparação.

Métricas de participação, aprendizagem e aplicação

A contagem de ações e participantes constitui uma base de acompanhamento. A avaliação pode ser aprofundada com métricas adequadas ao objetivo e ao público de cada iniciativa.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Cobertura dos públicos previstos	Número de escolas ou instituições abrangidas, face ao total previsto para o período e para cada programa.	Apreciar a execução da programação e identificar públicos ainda não abrangidos.
Evolução da compreensão dos conteúdos	Comparação das respostas às mesmas questões essenciais antes e depois da ação, entre participantes com respostas nos dois momentos.	Observar aprendizagem imediata sobre as medidas abordadas.
Adoção posterior de uma medida de preparação	Número de respondentes que não tinham a medida concretizada e declaram tê-la realizado após a ação, face aos respondentes que estavam nessa condição inicial.	Acompanhar a aplicação prática dos conteúdos.

Continuidade da preparação comunitária

A continuidade deve preservar a articulação com escolas, IPSS e freguesias, adequando os conteúdos aos públicos e às necessidades identificadas. Os materiais de consulta e os canais digitais permitem prolongar esse trabalho e apoiar a atualização da informação. A aplicação K72 SMPC Montijo acrescenta uma ferramenta de preparação familiar a este conjunto, permitindo relacionar os conteúdos de sensibilização com a organização de recursos e decisões do agregado familiar. O seu contributo específico é desenvolvido no capítulo seguinte.

11. K72 SMPC Montijo e preparação familiar de âmbito nacional

Uma ferramenta de apoio à preparação familiar

A aplicação K72 SMPC Montijo constitui uma realização de inovação na preparação familiar. Os registos de agosto, setembro e outubro documentam o seu desenvolvimento, integrado no trabalho de educação e sensibilização promovido pelo serviço. A ficha pública na App Store, referida no balanço, identifica a aplicação como gratuita, dirigida às famílias portuguesas e desenvolvida em parceria com a Proteção Civil Municipal do Montijo. O âmbito nacional corresponde aos seus destinatários e à possibilidade de utilização para além do concelho. A aplicação acrescenta um recurso de utilização continuada aos materiais de autoproteção e às ações presenciais. A sua finalidade é apoiar a organização do agregado familiar antes de uma emergência, reunindo informação e tarefas de preparação numa ferramenta acessível.

Funcionalidades e utilidade para as famílias

Segundo a caracterização do SMPC, a K72 apoia a elaboração do Plano de Emergência Familiar, a definição de pontos de encontro, as rotas de fuga e as comunicações. Orienta também a preparação da mochila de sobrevivência, dos materiais para veículos e dos recursos a manter em casa em situação de confinamento. A ficha pública citada no relatório acrescenta funcionalidades de acompanhamento de validades, impressão do plano, consulta de avisos meteorológicos por distrito e atividades de preparação.

Componente	Funcionalidade descrita	Utilidade para a preparação
Plano de Emergência Familiar	Organização de contactos, pontos de encontro, percursos e comunicações	Apoiar decisões antecipadas e partilhadas entre os membros do agregado.
Mochila de sobrevivência	Orientação para a preparação dos materiais	Facilitar a identificação e organização dos recursos necessários.
Preparação do veículo	Apoio à organização de materiais para o veículo	Alargar a preparação às deslocações e aos recursos transportados.
Confinamento em casa	Orientação sobre recursos a manter no domicílio	Apoiar a preparação para situações em que seja necessário permanecer em casa.
Validades e atualização	Acompanhamento das validades dos materiais	Facilitar a manutenção dos recursos ao longo do tempo.
Consulta e utilização do plano	Impressão do plano e acesso aos conteúdos de preparação	Permitir consulta e partilha das decisões familiares.
Informação meteorológica	Consulta de avisos por distrito	Aproximar a informação meteorológica da preparação do agregado.

A integração destas componentes permite relacionar o conhecimento dos riscos com tarefas concretas. A preparação pode ser desenvolvida de forma progressiva, através da organização dos materiais, do registo de decisões e da revisão do plano familiar.

Realização e ganho de capacidade

A realização documentada é o desenvolvimento de uma aplicação que reúne conteúdos e funcionalidades de preparação familiar. O ganho de capacidade consiste na disponibilização de um instrumento que permite às pessoas organizar informação e apoiar a concretização de medidas de autoproteção. Esta ferramenta prolonga o contacto estabelecido nas ações de sensibilização. Os conteúdos apresentados numa escola, numa freguesia ou numa instituição podem ser retomados em contexto familiar, com apoio à organização e consulta posterior.

O caráter inovador identificado no relatório resulta da integração funcional destas tarefas. A relevância da aplicação deve ser apreciada pela sua utilidade para as famílias e pela articulação com o trabalho municipal de preparação comunitária. A disponibilização pública e a possibilidade de utilização nacional ampliam o público potencial. A demonstração do alcance efetivo e dos resultados de utilização depende de dados próprios, que não se encontram quantificados no balanço.

Métricas de utilização e preparação

A avaliação da K72 deve distinguir o acesso à aplicação, a utilização das funcionalidades e a concretização das medidas de preparação. Estas dimensões permitem compreender se a ferramenta chega aos destinatários e como é utilizada.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Utilização ativa	Número de utilizadores distintos com utilização registada durante um período definido, segundo um critério técnico estável.	Acompanhar a utilização efetiva da ferramenta ao longo do tempo.
Conclusão do plano familiar na aplicação	Número de planos que cumprem os campos essenciais definidos, face ao total de planos iniciados no período acompanhado.	Apreciar a progressão entre o início e a conclusão do preenchimento.
Revisão dos planos existentes	Número de planos revistos num intervalo definido, face ao total de planos abrangidos pelo acompanhamento.	Observar a continuidade da preparação e a atualização da informação.
Concretização declarada de medidas	Número de respondentes que confirmam ter realizado uma medida apoiada pela aplicação, face ao total de respostas válidas sobre essa medida.	Relacionar a utilização digital com a preparação material do agregado.

Continuidade e aperfeiçoamento

A continuidade desta realização passa pela atualização dos conteúdos, pela divulgação junto dos parceiros e pelo acompanhamento da experiência de utilização. As dificuldades comunicadas pelas famílias podem ajudar a identificar instruções pouco claras, tarefas incompletas ou funcionalidades que necessitem de melhoria. A articulação com escolas, freguesias e instituições permite integrar a K72 em iniciativas de preparação familiar e recolher experiência em diferentes contextos. A cooperação com outros territórios pode também apoiar a partilha da ferramenta e o aperfeiçoamento dos conteúdos. O contributo da aplicação para a resiliência comunitária depende da sua capacidade de apoiar decisões e tarefas antes da emergência. O acompanhamento da utilização permitirá demonstrar esse contributo e orientar o desenvolvimento da ferramenta em função das necessidades das famílias.

12. PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO EM REDES DE RESILIÊNCIA

Cooperação com funções identificadas

Os protocolos e as parcerias desenvolvidos durante o período acrescentam possibilidades de apoio às capacidades municipais. Permitem relacionar necessidades do território com recursos e competências de outras entidades, em áreas como observação, informação, apoio técnico e preparação operacional. Em maio foram assinados os protocolos com a APAU e a EuroSistra. No mesmo mês foi registada a parceria com a Waze. Junho assinala a assinatura do protocolo com a VOST Portugal. O balanço identifica também a colaboração com André do Tempo na análise meteorológica, informação e sensibilização.

Parceria	Contributo identificado no relatório	Capacidade que pode apoiar
APAU	Reconhecimento aéreo e apoio à observação para prevenção, planeamento e avaliação após ocorrências.	Obtenção de informação territorial para apoiar a apreciação de situações.
EuroSistra	Apoio à reposição de condições rodoviárias após acidentes.	Recuperação das condições de utilização do espaço rodoviário.

Waze	Informação sobre interdições, cortes, obras e acidentes no território.	Comunicação de condicionamentos e apoio à informação sobre circulação.
VOST Portugal	Apoio digital voluntário em situações de necessidade.	Reforço das possibilidades de apoio na componente digital.
André do Tempo	Análise meteorológica, informação, sensibilização e observação territorial.	Interpretação das condições meteorológicas e preparação dos intervenientes.

Cooperação metropolitana e entre municípios

O trabalho com a Área Metropolitana de Lisboa associa participação no grupo de segurança e proteção civil, formação e recursos de monitorização. Esta relação aproxima a atividade municipal de iniciativas partilhadas de conhecimento e preparação. Os contactos e reuniões com outros serviços municipais de proteção civil permitem conhecer experiências em matérias como organização, risco sísmico e preparação. A troca de práticas amplia os interlocutores técnicos disponíveis e pode apoiar a adaptação de soluções às necessidades do Montijo. O ganho de capacidade está no acesso a conhecimento, apoio técnico e possibilidades de trabalho conjunto. A sua concretização deve ser apreciada através dos produtos, procedimentos ou iniciativas que resultem dessa cooperação e tenham aplicação municipal.

Participação em redes de resiliência

Maio regista a participação no encontro de cidades e vilas resilientes e a entrega de certificado ao Montijo. A informação do serviço identifica participação no MCR2030 e na rede da ANMP. O registo provisório de outubro assinala a integração no Sendai Stakeholder Engagement Mechanism da UNDRR. Estas referências correspondem a formas de participação e cooperação com âmbitos distintos. A sua apresentação preserva a diferença entre integração numa rede, participação num mecanismo e reconhecimento institucional. A participação externa cria oportunidades para divulgar práticas, conhecer experiências e desenvolver relações de colaboração. O seu contributo para o município ganha expressão quando essas oportunidades se traduzem em aprendizagem aplicada, apoio técnico ou iniciativas conjuntas.

Resultados documentados e aplicação da cooperação

O balanço demonstra a formalização de relações com funções identificadas, a participação em espaços de articulação e o desenvolvimento de colaboração técnica. Estes resultados ampliam as possibilidades de atuação conjunta e de acesso a competências complementares. A colaboração meteorológica apresenta uma ligação concreta à produção e interpretação de informação descrita no capítulo 6. A relação com a AML está associada a formação e recursos de monitorização. Estes exemplos permitem reconhecer aplicações da cooperação no trabalho do serviço. Nos restantes casos, o relatório identifica o âmbito de apoio, mas não apresenta um apuramento consolidado das solicitações efetuadas, dos apoios prestados ou das utilizações em exercícios. A ausência dessa quantificação não invalida a utilidade dos protocolos, mas limita a avaliação da sua utilização durante o período. A análise deve também considerar que algumas parcerias respondem a necessidades ocasionais. Um protocolo pode manter utilidade para a preparação mesmo que não tenha sido necessário acioná-lo. A confirmação dos contactos e das condições de apoio permite apreciar essa disponibilidade.

Métricas de disponibilidade e concretização

As métricas devem distinguir as parcerias de apoio operacional das relações orientadas para aprendizagem e cooperação técnica. Os seus resultados têm naturezas diferentes e não devem ser reduzidos a uma contagem única.

Métrica	Critério de apuramento	Utilidade
Parcerias operacionais com condições de apoio confirmadas	Número de parcerias com contactos, âmbito de apoio e procedimento de solicitação atualizados, face ao total de parcerias operacionais em vigor.	Apreciar a preparação para solicitar apoio quando necessário.
Solicitações com apoio concretizado	Número de solicitações que resultaram em apoio prestado, face ao total de solicitações efetuadas no período, com indicação do tipo de apoio.	Observar a utilização e a concretização da cooperação operacional.

Mecanismos de cooperação exercitados	Número de mecanismos de apoio testados em exercício ou utilizados em situação real, entre os selecionados para verificação no período.	Identificar experiência de utilização e dificuldades de articulação.
Produtos de cooperação com aplicação municipal	Número de procedimentos, materiais, ações ou soluções resultantes de cooperação cuja utilização pelo município esteja documentada.	Demonstrar o contributo das relações técnicas e das redes para o trabalho local.

Nas solicitações de apoio, o registo deve permitir conhecer a necessidade, a entidade contactada, a resposta e o apoio efetivamente prestado. As situações sem concretização devem conservar a respetiva explicação, distinguindo indisponibilidade, alteração da necessidade e resolução por outros meios. Na cooperação técnica, importa identificar o produto e a sua utilização. A participação numa reunião ou encontro caracteriza atividade. A adoção de um procedimento, a realização de uma ação conjunta ou a utilização de um material desenvolvido em colaboração demonstra uma aplicação concreta. Estas métricas ainda não apresentam valores consolidados no balanço. O seu apuramento permitirá apreciar a disponibilidade dos mecanismos de apoio e a utilidade das relações de cooperação para o município.

Continuidade e valor para a resiliência

A continuidade deve privilegiar a atualização das relações existentes e a concretização de iniciativas com utilidade identificada. O relatório aponta possibilidades de ações conjuntas, exercícios, utilização de materiais pedagógicos, disseminação da K72 e melhoria da informação territorial. A partilha do trabalho municipal pode apoiar novas colaborações, desde que relacionada com necessidades, recursos e resultados esperados. A experiência adquirida deve permanecer acessível ao serviço através dos registos, dos instrumentos produzidos e das aprendizagens incorporadas. As parcerias e as redes contribuem para a resiliência ao ampliar as possibilidades de apoio, circulação de informação e aprendizagem entre entidades. A demonstração desse contributo depende da ligação entre as relações estabelecidas e a sua utilização na preparação e atuação municipal.

13. GANHOS ESTRATÉGICOS DO PERÍODO

Apreciação conjunta dos resultados

O trabalho desenvolvido entre março e outubro de 2026 acrescentou instrumentos, informação, recursos e mecanismos de cooperação à capacidade municipal de proteção civil. A leitura conjunta permite reconhecer progressos na organização do serviço, na participação territorial, na prevenção e na preparação para apoiar a população. O significado estratégico destas realizações resulta da possibilidade de as utilizar de forma articulada. A informação territorial apoia a identificação de necessidades, os instrumentos organizam a preparação, a cooperação aproxima competências e os meios materiais acrescentam condições de intervenção e assistência. Os ganhos apresentam diferentes níveis de consolidação. Existem instrumentos elaborados que aguardam tramitação, recursos cuja aquisição está documentada, canais disponibilizados e exemplos de aplicação operacional. Esta diversidade deve ser considerada na apreciação do período, distinguindo a capacidade acrescentada da utilização já demonstrada.

Capacidades acrescentadas e evidência disponível

Dimensão	Ganho de capacidade identificado	Evidência apresentada no balanço	Aspeto a consolidar
Organização municipal	Referências técnicas para estruturar o serviço, o planeamento e a preparação antecipada.	Elaboração do regulamento e do PMEPC, com apreciação do plano na CMPC.	Conclusão da tramitação e aplicação dos procedimentos.
Participação territorial	Canal comum para comunicação e encaminhamento de situações pelas freguesias.	Plataforma, dashboard, manual, apresentação pública e ações de capacitação.	Utilização regular e acompanhamento das situações até ao retorno à freguesia.
Conhecimento do território	Informação organizada e	Registos georreferenciados e	Demonstração da utilização da

	recuperável para caracterizar situações e apoiar prioridades.	produção regular de relatórios de ocorrências e meteorologia.	informação nas decisões e intervenções.
Prevenção territorial	Articulação para identificar e tratar condições locais de agravamento do risco.	Intervenções documentadas na drenagem e nas linhas de água.	Verificação dos resultados nos locais e acompanhamento de problemas recorrentes.
Preparação operacional	Recursos de observação e práticas de planeamento e coordenação.	Sensores, acompanhamento meteorológico, planos de eventos, vistorias e formação.	Registo da aplicação dos procedimentos e das melhorias resultantes da experiência.
Apoio à população	Base material mais diversificada para assistência e mobilização de recursos.	Reforço logístico e disponibilização de água durante uma interrupção de abastecimento.	Confirmação da operacionalidade, das condições de mobilização e da capacidade de apoio efetiva.
Preparação comunitária	Maior diversidade de oportunidades de aprendizagem e ferramentas de preparação familiar.	Ações educativas, materiais de autoproteção, canais digitais e K72.	Acompanhamento da aprendizagem, da utilização e da concretização de medidas.
Cooperação	Acesso a competências, recursos e possibilidades de atuação conjunta.	Protocolos, colaboração técnica e participação em redes.	Verificação das condições de apoio e documentação das aplicações concretas.

Esta leitura identifica o que foi acrescentado e o que permitirá demonstrar a sua consolidação. A continuidade deve assentar na utilização e manutenção das capacidades, preservando os registos necessários à avaliação.

O que as métricas existentes demonstram

Os indicadores disponíveis caracterizam sobretudo a dimensão e a regularidade da atividade. Os 451 registos de março a setembro demonstram o volume de situações e atividades introduzidas no sistema. As 200 publicações evidenciam produção comunicacional continuada. Os sete relatórios mensais e as versões gerais e detalhadas dos produtos técnicos mostram regularidade na organização da informação. Existem também elementos que permitem apreciar o funcionamento do serviço. Em setembro, 27 dos 72 registos envolveram mais de uma entidade, correspondendo a 37,5% do total mensal. A classificação de todos os registos desse mês como concluídos informa sobre o estado do seu tratamento no sistema. Estes resultados devem conservar o respetivo significado. O volume de registos não mede diretamente a segurança do território. A produção de informação não determina a sua utilização e o encerramento de um processo não comprova a eliminação definitiva do risco. O aprofundamento da avaliação proposto nos capítulos anteriores incide, por isso, na utilização dos instrumentos, na operacionalidade dos meios, na correção das situações identificadas e na aplicação das medidas de preparação. Estas métricas permitirão relacionar a atividade com resultados mais próximos da finalidade de cada área.

Exemplos de aplicação das capacidades

O balanço apresenta situações em que a preparação e os recursos foram utilizados em contextos concretos.

Situação	Aplicação documentada	Resultado que os elementos disponíveis permitem reconhecer
Festas de São Pedro	Sequência de reuniões, elaboração do Plano de Coordenação de Evento e funcionamento do dispositivo municipal durante sete dias.	Aplicação de instrumentos e práticas de coordenação na realização do evento.

Acompanhamento meteorológico de 3 e 4 de outubro	Presença de operacionais no terreno, acompanhamento técnico por nowcasting e circulação de informação.	Organização de acompanhamento que relaciona observação territorial e análise técnica.
Interrupção de abastecimento em agosto	Disponibilização de água à população.	Prestação de apoio perante uma necessidade concreta.
Prevenção de inundações	Limpeza e desobstrução de drenagem e intervenções em linhas de água.	Execução de trabalhos sobre condições locais que podem agravar os efeitos da precipitação.

Estes exemplos demonstram aplicações do trabalho desenvolvido. A avaliação da sua extensão e eficácia poderá ser aprofundada com informação sobre necessidades atendidas, condições corrigidas, tempos de mobilização e diligências realizadas.

Alcance da avaliação estratégica

O período documenta reforços de capacidade e exemplos de utilização. A demonstração de impactos continuados, como a redução de danos ou a melhoria da preparação das famílias, exige observação ao longo do tempo e critérios que permitam comparar situações. O balanço não dispõe de uma situação inicial medida de forma uniforme para todas as áreas. Por esse motivo, a avaliação deve reconhecer os progressos documentados sem atribuir uma percentagem global de melhoria à capacidade municipal ou à resiliência comunitária. A definição de métricas por domínio permite construir essa base de acompanhamento. Os primeiros valores apurados constituirão referências para avaliar a evolução, identificar limitações e orientar a continuidade do trabalho.

Resultado estratégico do conjunto

O principal ganho estratégico é o desenvolvimento de uma atuação preventiva com componentes articuladas de organização, conhecimento, intervenção e preparação. O percurso reconhece as capacidades anteriormente existentes e identifica os reforços concretizados durante o período. A consolidação depende de tornar regular a utilização dos instrumentos, assegurar a disponibilidade dos meios e conservar evidência dos resultados. Esta orientação permitirá ao município apreciar o que funciona, reconhecer necessidades ainda existentes e fundamentar as prioridades seguintes.

14. CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA E COOPERAÇÃO PARA A RESILIÊNCIA

Relação entre os referenciais e a prática municipal

O trabalho apresentado no balanço permite relacionar as orientações internacionais para a redução do risco, os objetivos nacionais de proteção civil preventiva e a atuação municipal no Montijo. O Quadro de Sendai estabelece prioridades para compreender o risco, organizar a sua gestão, investir na prevenção e reforçar a preparação. A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 enquadra essa orientação no contexto português. As realizações municipais dão expressão a estes referenciais através de instrumentos, informação territorial, intervenções, recursos e participação comunitária. A correspondência temática encontra desenvolvimento no capítulo 2 e no Anexo B. Neste capítulo, importa apreciar a utilidade dessa relação para a cooperação institucional e para a partilha da experiência municipal.

Valor do balanço para a cooperação institucional

Para a ANEPC e para a tutela governamental, o balanço apresenta uma experiência municipal de aplicação da orientação preventiva. A articulação com as freguesias, a produção técnica regular, a intervenção territorial e o reforço dos meios constituem áreas concretas de trabalho que podem apoiar o diálogo sobre necessidades e possibilidades de desenvolvimento. Para a UNDRR e para o MCR2030, o documento apresenta um percurso local de construção de capacidades e de cooperação entre instituições e comunidade. A sua utilidade resulta da possibilidade de conhecer as práticas adotadas, as condições de aplicação e os resultados que os registos permitem demonstrar. A apresentação institucional deve permitir compreender o contributo de cada iniciativa e identificar matérias suscetíveis de colaboração. A projeção externa ganha valor quando favorece aprendizagem, apoio técnico ou desenvolvimento de soluções úteis ao município.

Articulação com o percurso MCR2030

O MCR2030 promove um percurso de melhoria do conhecimento, do planeamento e da implementação, apoiado em parcerias e aprendizagem entre cidades. O trabalho descrito no Montijo apresenta correspondência com estas dimensões. A produção de informação territorial e meteorológica contribui para o conhecimento. Os instrumentos municipais e os mecanismos de cooperação apoiam o planeamento. As intervenções preventivas, os

meios logísticos e as ferramentas de preparação familiar representam realizações concretas. Esta relação constitui uma leitura do conteúdo do trabalho desenvolvido. Não corresponde à atribuição, neste relatório, de uma etapa formal do roteiro MCR2030 ou de uma classificação global da resiliência municipal.

Práticas com potencial de partilha

O balanço identifica quatro áreas com interesse para a cooperação técnica. A sua apresentação pode associar os instrumentos utilizados à experiência de aplicação e às condições necessárias para adaptação a outros contextos.

Prática municipal	Elementos suscetíveis de partilha	Condições relevantes para a adaptação
Participação das freguesias	Plataforma, manual de apoio, capacitação e organização do encaminhamento das situações.	Responsabilidades dos intervenientes, recursos de acompanhamento e capacidade de utilização dos canais.
Informação territorial e meteorológica	Estrutura dos registos, modelos de relatório, representação geográfica e métodos de análise.	Qualidade e disponibilidade dos dados, competências técnicas e critérios comuns de registo.
Ligação entre diagnóstico e prevenção territorial	Identificação de necessidades, articulação com os serviços executores e acompanhamento das intervenções.	Competências de manutenção, meios disponíveis e características dos locais.
Preparação familiar através da K72	Integração de conteúdos, organização de tarefas e articulação com ações de sensibilização.	Adequação dos conteúdos, acessibilidade, manutenção e experiência dos utilizadores.

O potencial de partilha não pressupõe a reprodução integral da organização municipal. Cada prática depende dos recursos, das competências e das necessidades do território que a pretende utilizar. A apresentação deve incluir as condições que facilitaram a aplicação e as dificuldades identificadas. Esta informação permite que a cooperação ultrapasse a divulgação da iniciativa e apoie uma apreciação técnica da sua utilidade.

Evidência necessária à partilha de experiências

Uma experiência municipal torna mais clara a sua utilidade quando permite conhecer o problema que motivou a iniciativa, a solução adotada e os resultados observados. Os instrumentos produzidos e os registos de aplicação constituem elementos centrais dessa demonstração. Nos casos em que a utilização ainda esteja em consolidação, a apresentação deve identificar esse estado e as questões em acompanhamento. Esta distinção permite partilhar trabalho em desenvolvimento sem o apresentar como uma solução integralmente avaliada. As métricas dos capítulos temáticos podem apoiar essa apresentação. A utilização da plataforma, a verificação das intervenções, a operacionalidade dos meios e a aplicação das medidas de preparação oferecem informação concreta sobre o funcionamento das práticas. A avaliação dos resultados da cooperação externa deve seguir os critérios apresentados no capítulo 12, evitando duplicar indicadores. Interessa reconhecer os produtos, as aprendizagens e as aplicações municipais que resultem das relações estabelecidas.

Finalidade da apresentação institucional

A apresentação do balanço procura dar visibilidade ao trabalho desenvolvido, disponibilizar experiências para aprendizagem entre entidades e identificar oportunidades de cooperação técnica. O documento pode apoiar a discussão de ações conjuntas, exercícios, melhoria de métodos, utilização de materiais pedagógicos e desenvolvimento de ferramentas de preparação. A seleção destas possibilidades deve atender às necessidades do município e à contribuição que cada colaboração pode acrescentar. A continuidade interna e a cooperação externa convergem na consolidação de capacidades úteis à proteção das pessoas e à redução do risco. O valor estratégico da partilha reside na possibilidade de transformar a experiência documentada em aprendizagem e melhoria da atuação municipal.

15. CONTINUIDADE ESTRATÉGICA E CONCLUSÃO

Consolidação das capacidades desenvolvidas

A continuidade do trabalho deve apoiar a utilização regular das capacidades acrescentadas durante o período. Os instrumentos elaborados, a informação produzida, as relações de cooperação e os meios disponíveis constituem uma base para desenvolver a prevenção e a preparação municipal. A prioridade consiste em assegurar que estas capacidades mantêm utilidade na atuação do serviço. Isso implica concluir a tramitação dos instrumentos, consolidar procedimentos, verificar as intervenções realizadas e organizar a mobilização dos recursos com os parceiros. O acompanhamento dos resultados permitirá reconhecer os progressos, identificar dificuldades e fundamentar as necessidades de ajustamento. A informação deve integrar a produção regular do SMPC, aproveitando os registos existentes e concentrando a recolha adicional nos elementos necessários à avaliação.

Prioridades de continuidade

As linhas de desenvolvimento identificadas no balanço mantêm pertinência. A sua concretização deve ser apreciada através de resultados observáveis, relacionados com a finalidade de cada área.

Linha de continuidade	Prioridade	Resultado a acompanhar
Planeamento e organização	Concluir a tramitação dos instrumentos e consolidar procedimentos de prontidão, coordenação e participação territorial.	Estado dos instrumentos e utilização dos procedimentos e canais de acompanhamento.
Prevenção territorial	Manter a programação das intervenções e verificar as condições dos locais tratados.	Correção das situações identificadas e reconhecimento de necessidades recorrentes.
Informação e monitorização	Assegurar continuidade dos relatórios, disponibilidade dos dados e manutenção dos recursos de observação.	Informação utilizável e ligação documentada às diligências e decisões municipais.

Logística e preparação	Completar o mapeamento das capacidades e organizar a mobilização dos meios com os parceiros.	Recursos operacionais, condições de utilização conhecidas e aplicações verificadas em exercícios ou situações reais.
Comunidade e inovação	Dar continuidade à educação, à comunicação preventiva e à K72, atendendo às necessidades dos públicos.	Compreensão dos conteúdos, utilização das ferramentas e concretização de medidas de preparação.

A execução destas prioridades envolve responsabilidades distintas. O SMPC organiza o acompanhamento técnico e a articulação de proteção civil, enquanto a tramitação, a execução material, a manutenção e a disponibilização de determinados recursos dependem dos serviços e entidades competentes. A identificação dessas dependências permite apreciar o progresso de cada matéria e distinguir as diligências realizadas dos resultados cuja concretização exige intervenção de outros responsáveis.

Acompanhamento através de métricas

Os capítulos temáticos apresentam métricas que permitem aprofundar a avaliação do trabalho. A sua aplicação deve ser progressiva e proporcional à capacidade de recolha e tratamento da informação. O primeiro passo consiste em verificar quais os valores que podem ser apurados a partir dos registos existentes. As métricas que dependam de informação ainda não recolhida devem ser identificadas como necessidades de acompanhamento futuro. Para a leitura executiva, importa selecionar um conjunto reduzido que permita observar a evolução das principais capacidades.

Domínio	Métrica de referência	Questão a que responde
Participação territorial	Utilização da plataforma e situações com encaminhamento e retorno registados.	O canal disponibilizado às freguesias está a ser utilizado e produz acompanhamento?

Prevenção territorial	Correção verificada das condições que motivaram as intervenções.	O trabalho executado resolveu o problema identificado no local?
Preparação de eventos	Situações identificadas nas vistorias cuja correção foi confirmada antes da abertura.	A verificação preventiva teve concretização nas condições de realização?
Monitorização	Disponibilidade de dados válidos e diligências associadas à informação produzida.	A observação é contínua e apoia a atuação municipal?
Logística	Operacionalidade dos meios e condições de mobilização confirmadas.	Os recursos estão disponíveis para a função prevista?
Preparação comunitária	Aprendizagem observada e concretização declarada de medidas após as iniciativas.	Os conteúdos e as ferramentas apoiam a preparação das pessoas?

Este conjunto constitui uma orientação para o acompanhamento. A seleção final deve considerar a relevância de cada métrica, a qualidade dos dados e o esforço necessário para manter a sua atualização. O apuramento deve conservar a fonte, o período, a unidade de contagem e o universo considerado. Quando não exista informação suficiente, essa condição deve ser explícita. A ausência de dados não deve ser apresentada como ausência de atividade ou de resultado.

Situação de partida e apreciação da evolução

Os primeiros valores apurados com critérios consistentes permitirão estabelecer uma situação de referência. A definição de metas deve considerar essa base, os recursos disponíveis e as condições de execução. A comparação entre períodos exige atenção às alterações do contexto. Mais registos podem resultar de maior participação ou de melhoria da recolha. A repetição de uma situação pode decorrer de condições diferentes. Uma parceria pode manter relevância operacional mesmo sem necessidade de ativação no período.

A interpretação deve, por isso, acompanhar os números. Os relatórios seguintes poderão identificar o resultado observado, a explicação mais sustentada e as medidas de continuidade ou correção consideradas necessárias. O acompanhamento deve permitir perceber se os instrumentos são utilizados, se os recursos permanecem disponíveis e se as intervenções produzem os resultados previstos. Esta informação oferece uma base mais consistente para orientar prioridades do que a contagem isolada de atividades.

Utilidade para a decisão e para a cooperação

Para o Executivo municipal, a continuidade deste balanço permitirá relacionar o trabalho desenvolvido com as capacidades existentes e as necessidades ainda por resolver. A apresentação dos resultados e das dependências de execução pode apoiar decisões sobre organização, manutenção, afetação de recursos e cooperação entre serviços. Na CMPC, o documento constitui uma base para apreciar responsabilidades partilhadas, identificar necessidades de articulação e acompanhar iniciativas conjuntas. A participação dos parceiros acrescenta informação sobre recursos e condições de apoio que devem integrar a preparação municipal. Na relação externa, o balanço apresenta práticas suscetíveis de partilha e aprendizagem. A documentação dos resultados permitirá tornar essa cooperação mais concreta, associando as iniciativas às condições de aplicação e à experiência adquirida.

Conclusão

Entre março e outubro de 2026, o Município do Montijo desenvolveu instrumentos de organização e planeamento, estruturou informação territorial, executou intervenções preventivas, reforçou meios e ampliou as formas de participação na proteção civil. O balanço documenta ganhos de capacidade e exemplos da sua utilização. A articulação com as freguesias acrescentou canais de comunicação territorial. A produção técnica conservou conhecimento útil ao acompanhamento das situações. As intervenções atuaram sobre condições locais de risco. O reforço logístico ampliou os recursos de assistência e a preparação comunitária passou a dispor de novos materiais, canais e ferramentas. O significado estratégico deste percurso reside na ligação entre essas componentes e na possibilidade de as manter em funcionamento de forma continuada. O trabalho concretiza uma orientação preventiva coerente com os referenciais nacionais e internacionais, assente nas necessidades do território e na cooperação entre intervenientes.

A etapa seguinte é consolidar a utilização das capacidades e melhorar a demonstração dos seus resultados. A incorporação de métricas adequadas, sustentadas em registos consistentes, permitirá apreciar a evolução com maior precisão e fundamentar as prioridades municipais. A continuidade do trabalho transforma, assim, as realizações do período numa capacidade duradoura de prevenção, preparação e apoio à população.

Montijo, 26 de outubro de 2026

André Ricardo Azevedo Morais

André Morais

Coordenador Municipal de Proteção Civil do Montijo

ANEXOS

ANEXO A – INDICADORES E CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Finalidade e âmbito

O presente anexo reúne os principais valores apresentados no balanço e explicita os critérios necessários à sua interpretação. Permite distinguir os indicadores consolidados, os elementos relativos a períodos específicos e as métricas cujo apuramento depende de informação complementar. Os totais consolidados abrangem março a setembro de 2026. Outubro mantém o caráter provisório da informação considerada no documento original. A atualização do balanço deve preservar esta distinção até à validação dos dados desse mês.

Indicadores consolidados de atividade e produção

Indicador	Período	Valor	Critério de contagem e interpretação
Registos de ocorrências e atividade	Março a setembro	451	Soma dos registos mensais. Inclui intervenções, prevenção, assistência, operações e articulação institucional. Não corresponde exclusivamente a acidentes.
Publicações de informação e sensibilização	Março a setembro	200	Soma das publicações registadas mensalmente. Representa produção comunicacional e não pessoas distintas alcançadas.
Vistorias a recintos festivos	Maio a setembro	17	Soma dos meses com valor expresso. Um mesmo recinto ou evento pode ter sido objeto de várias vistorias.
Relatórios mensais de atividade	Março a setembro	7	Um relatório por mês no período consolidado.
Produtos meteorológicos gerais e detalhados	Março a setembro	14	Duas versões mensais. Correspondem a sete períodos de análise.
Produtos de ocorrências gerais e detalhados	Março a setembro	14	Duas versões mensais. Não são adicionados ao número de ocorrências e atividades registadas.

ANEXO B – CORRESPONDÊNCIA TEMÁTICA COM OS REFERENCIAIS

Finalidade e critérios de leitura

O presente anexo relaciona as linhas de atuação municipal descritas no balanço com os objetivos da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 e com as prioridades do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes. A correspondência considera a finalidade e o conteúdo das iniciativas. Uma mesma realização pode contribuir para vários objetivos, porque a organização, o conhecimento, a prevenção e a preparação são componentes complementares da gestão do risco. Esta relação demonstra coerência temática. A apreciação da execução e dos resultados depende da evidência e das métricas apresentadas nos capítulos respetivos.

Objetivos da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030

Referência	Objetivo estratégico
OE1	Fortalecer a governança na gestão de riscos.
OE2	Melhorar o conhecimento sobre os riscos.
OE3	Implementar estratégias para a redução de riscos.
OE4	Melhorar a preparação face à ocorrência do risco.
OE5	Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos.

Prioridades do Quadro de Sendai

REFERÊNCIA	PRIORIDADE DE AÇÃO
P1	Compreender o risco de catástrofes.
P2	Fortalecer a governança do risco de catástrofes para gerir esse risco.
P3	Investir na redução do risco de catástrofes para a resiliência.
P4	Reforçar a preparação para uma resposta eficaz e melhorar a recuperação, a reabilitação e a reconstrução, incorporando a redução do risco.

Linha de atuação	Objetivos nacionais	Prioridades de Sendai	Fundamentação da correspondência
Organização e planeamento municipal	OE1 e OE4	P2 e P4	A elaboração do regulamento e do PMEPC e o trabalho na CMPC apoiam a organização de responsabilidades e a preparação da atuação municipal.
Participação das freguesias	OE1 e OE2	P1 e P2	A plataforma, o manual e a capacitação criam condições para recolher informação territorial e organizar a comunicação e o encaminhamento de situações.
Conhecimento através das ocorrências	OE2 e OE4	P1 e P4	Os registos georreferenciados e a análise das situações acrescentam informação para conhecer o território e apoiar o planeamento e a preparação.
Análise meteorológica e monitorização	OE2 e OE4	P1 e P4	Os relatórios, os sensores e o acompanhamento dos episódios reforçam a observação e a interpretação das condições relevantes para a atuação municipal.
Drenagem e linhas de água	OE3	P3	As intervenções incidem sobre condições locais que podem agravar os efeitos da precipitação, dando expressão material à prevenção.
Preparação e segurança de eventos	OE1 e OE4	P2 e P4	Os planos, as reuniões, as vistorias e os dispositivos organizam responsabilidades e recursos para contextos concretos de realização.
Formação e exercícios	OE1 e OE4	P2 e P4	A capacitação e a aprendizagem operacional apoiam o

			desenvolvimento de competências e a aplicação de procedimentos de preparação e coordenação.
LOGÍSTICA DE APOIO À POPULAÇÃO	OE4	P3 e P4	O reforço de meios e o mapeamento de capacidades representam investimento na preparação e nas condições de assistência.
EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PREVENTIVA	OE5 e OE4	P1 e P4	As ações, os materiais e os canais de informação aproximam o conhecimento dos riscos das medidas de autoproteção e preparação.
K72 SMPC MONTIJO	OE5 e OE4	P1 e P4	A aplicação reúne informação e tarefas que apoiam a organização da preparação familiar.
PARCERIAS E REDES DE COOPERAÇÃO	OE1	P2	Os protocolos e as relações institucionais ampliam as possibilidades de articulação, partilha de conhecimento e mobilização de apoio.

Relação entre alinhamento estratégico e resultados

O alinhamento identifica a orientação das iniciativas. A demonstração dos resultados exige apreciar o que foi concretizado e a utilização das capacidades acrescentadas. Na organização municipal, essa apreciação considera o estado dos instrumentos e a aplicação dos procedimentos. No conhecimento territorial, observa a qualidade da informação e a sua ligação às decisões. Na prevenção, verifica as condições tratadas. Na preparação, acompanha a disponibilidade e a mobilização dos recursos. No envolvimento comunitário, procura conhecer a compreensão dos conteúdos e a concretização das medidas de autoproteção.

As métricas propostas nos capítulos temáticos destinam-se ao acompanhamento municipal. Não são apresentadas como indicadores oficiais de Sendai nem como substituição dos mecanismos de monitorização da Estratégia Nacional. A correspondência com a prioridade P4 decorre sobretudo do trabalho de preparação e apoio à resposta descrito no balanço. Não significa que o período documente intervenções em todas as componentes de recuperação, reabilitação e reconstrução abrangidas por essa prioridade.

Articulação com o MCR2030

O percurso descrito apresenta relação com as dimensões de conhecimento, planeamento e implementação promovidas pelo MCR2030.

Dimensão	Expressão no balanço municipal
Conhecimento	Produção de informação territorial e meteorológica, análise das ocorrências e capacitação dos intervenientes.
Planeamento	Elaboração dos instrumentos municipais e organização de procedimentos e relações de cooperação.
Implementação	Intervenções preventivas, reforço logístico, preparação de eventos e disponibilização de ferramentas de preparação comunitária.

Referenciais utilizados

A correspondência assenta na Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto, e no Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes, para o período de 2015 a 2030. A referência ao MCR2030 enquadra a cooperação e a partilha de práticas. Os resultados municipais devem continuar a ser apreciados através dos registos e das evidências apresentados no balanço.

ANEXO C – EVIDÊNCIAS DE EXECUÇÃO

Informação e Sensibilização Publica

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/informacao-e-sensibilizacao-publica
    - Lagarta do Pinheiro
    - Como distinguir Vespa Velutina da Vespa Crabro?
    - Como fazer uma armadilha para Vespa Velutina?
    - Mosquito Tigre
    - Prevenção de Alergias/Polén
    - Diferenças entre Dengue-Zika-Chikungunya
    - E-Redes como atuar?
    - Kit Emergência Animais
    - Kit Emergência População
    - Cuidados para Peregrinos e Condutores

Relatórios Técnicos

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/relatorios
    - Avisos Meteorológicos – Info Report
    - Análise Meteorológica – Eventos Adversos
    - Previsão Meteorológica Mensal – André do Tempo
    - Relatório Mensal da Atividade SMPC
    - Relatório Mensal // Meteorológico
    - Relatório Mensal // Ocorrências
    - Relatório - Preparação para Outono/Inverno 26/27

Manuais SMPC Montijo

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/manuais-smpc
    - Guia Informativo de Riscos - Montijo
    - Manual de Apoio ao Cidadão - Incêndios Rurais
    - Manual de Apoio ao Cidadão - Cheia, Inundação e Meteorologia Adversa
    - Manual de Apoio ao Cidadão – Mochila de Sobrevivência

Riscos Municipais – Flyer

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/riscos-folhetos-informativos

    - Acidentes com Matérias Perigosas
    - Acidentes Rodoviários
    - Cheias e Inundações
    - Falha de Pontes e Viadutos
    - Ilhas de Calor Urbano
    - Incêndios Rurais
    - Incêndios Urbanos
    - Meteorologia Adversa
    - Movimento de Pessoas em Pânico
    - Movimentos de Vertentes
    - Ondas de Calor
    - Sismos
    - Acidentes com Trotinetes
    - Tsunamis
    - Vagas de Frio
    - Cuidados e Evacuação com Animais

Montijo Resiliente

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/galeria-92

    - MCR2030 – Making Cities Resilient 2030: compromisso com a construção de um município mais seguro, inclusivo e resiliente;
    - Sendai Stakeholder Engagement Mechanism: integração num mecanismo de envolvimento de partes interessadas no âmbito da redução do risco de catástrofes;
    - Rede de Cidades Resilientes da ANMP: participação numa rede de cooperação entre municípios portugueses;
    - Grupo de Trabalho de Segurança e Proteção Civil da Área Metropolitana de Lisboa: reforço da articulação institucional e da partilha de conhecimento à escala metropolitana.

Protocolo e Parcerias

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/protocolos-parcerias
    - Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve
    - Eurosistra
    - Waze for Cities
    - VOST Portugal

Vídeos Educativos

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/videos-educativos
    - Riscos Tecnológicos
    - Riscos Sociais
    - Mochila de Emergência
    - Como Pensar em Emergência
    - Riscos Urbanos
    - O Papel do Cidadão
    - Proteção Civil Montijo – Missões e Atribuições
    - SMPC Montijo - Como Chegar
    - Cheias e Inundações
    - Vespa Asiática: todos podem ajudar!
    - Segurança em queima de amontoados

Redes Sociais

Canal WhatsApp

- https://www.mun-montijo.pt/viver/protecao-civil/canal-whatsapp-smpc-montijo

Spotify

- https://open.spotify.com/show/0342IFEne6vMlkGyuht06S

Facebook

- https://www.facebook.com/profile.php?id=61573630804874

Instagram

- https://www.instagram.com/protecao.civilmontijo/

APP K72 SMPC Montijo

Google Play

- https://play.google.com/store/apps/details?id=pt.carlosbatista.k72&hl=pt_PT&pli=1

Apple Store

- https://apps.apple.com/br/app/k72-smpc-montijo/id6781223613

Registo Fotográfico SMPC Montijo

Palestras






PROTEÇÃO CIVIL
UNIDADE LOCAL





Simulacros




COMPACT
BOMBEIROS


DECATHLON
PROTEÇÃO CIVIL
MONTIJO



Comissão Municipal Proteção Civil

Centro Coordenação Operacional Municipal



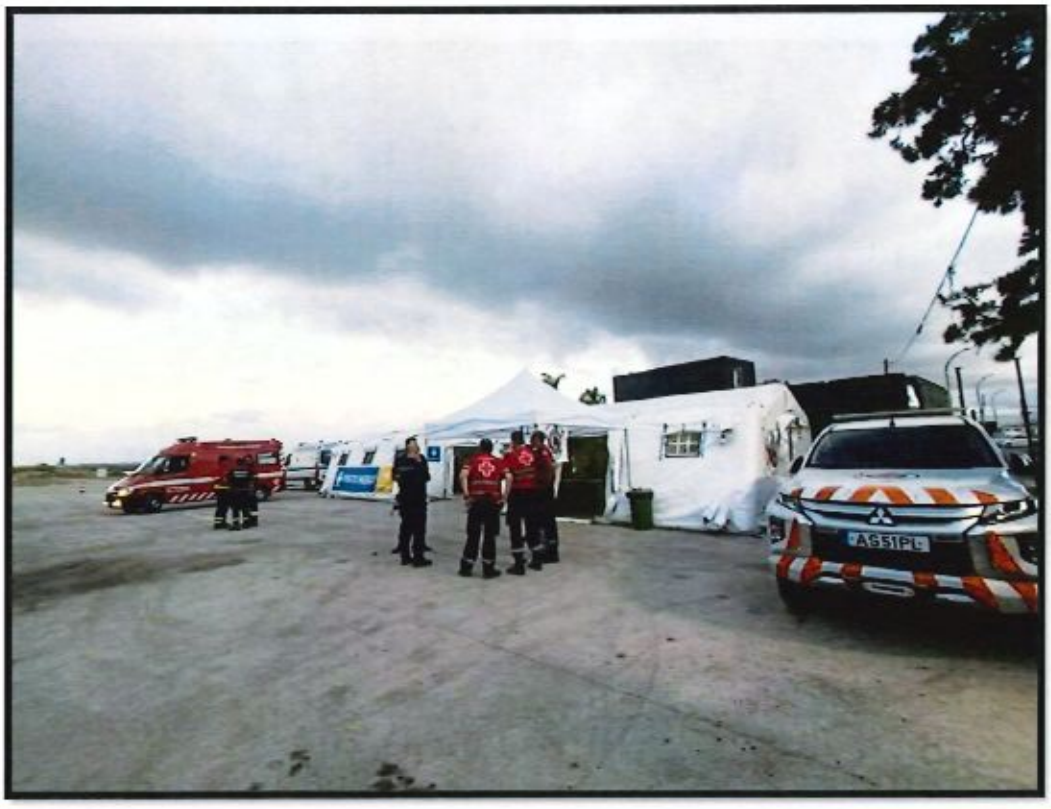



PROTEÇÃO CIVIL
MONTIJO



Posto Coordenação de Evento







Apoio a Eventos




Santander
PROTEÇÃO CIVIL
MONTIJO
PROTEÇÃO CIVIL
MONTIJO


ROTEÇÃO CIVIL
MONTIJO

Logística e Monitorização












GNO POWER
GERADORES
ALUGUER
VENDA
REPARAÇÃO

Juntas de Freguesia








APRESENTAÇÃO
Manual de Apoio
Plataforma de Contacto
Proteção Civil do Montijo



Sensibilização e Informação Pública





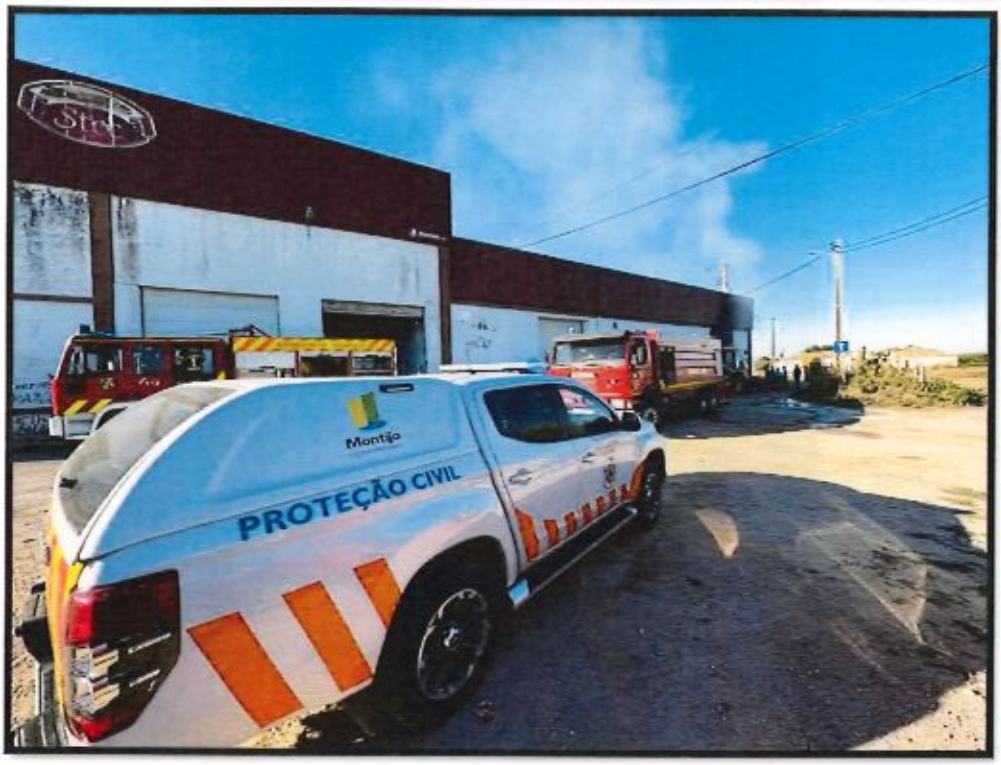



RISCOS NO MONTIJO: SISMOS


La Menorquina

Apoio a Ocorrências





Protocolos


DE MONTIJO


XIV ENCONTRO NACIONAL
CIDADES E VILAS
RESILIENTES
20 A 22 DE MAIO DE 2026
CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS
DE ANGRA DO HEROÍSMO





CONCEITOS UTILIZADOS NO BALANÇO

- Mitigação — atuação destinada a reduzir os efeitos adversos dos perigos, incluindo intervenção sobre condições de vulnerabilidade. Neste documento, a limpeza e desobstrução da drenagem exemplifica essa atuação sobre condições locais.

- Preparação — organização de conhecimentos, procedimentos e capacidades para responder quando ocorre uma situação adversa. Abrange planeamento, monitorização, formação, coordenação e meios de apoio.

- Resiliência comunitária — capacidade coletiva de lidar com situações adversas, preservar ou restabelecer funções e aprender com a experiência. O balanço utiliza o conceito para explicar o contributo conjunto de instituições, meios, conhecimento e preparação das pessoas, sem o reduzir a uma classificação ou certificado.